



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM**  
**SANTA CATARINA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM**  
**SANTA CATARINA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Florianópolis-SC, 30/03/2010





# LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

**8ª SRPRF/SC – Oitava Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina**

**CGU – Controladoria-Geral da União**

**CR – Corregedoria Regional**

**DEL – Delegacia**

**DN – Decisão Normativa**

**DOA – Divisão de Operações Aéreas**

**DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária federal**

**GAB – Gabinete do Superintendente**

**IN – Instrução Normativa**

**JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações**

**NMP – Núcleo de Multas e Penalidades**

**NOE – Núcleo de Operações Especiais**

**NUAP – Núcleo de Administração de Pessoal**

**NUAT – Núcleo de Apoio Técnico**

**NUCAP – Núcleo de Capacitação**

**NUCOM – Núcleo de Comunicação Social**

**NUDOC – Núcleo de Documentação**

**NUINT – Núcleo de Inteligência**

**NUOFI – Núcleo de Orçamentos e Finanças**

**NUPAT – Núcleo de Patrimônio e Material**

**NURAM – Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária**

**NUSEG – Núcleo de Serviços Gerais**

**NUTEL – Núcleo de Informática e Telecomunicações**

**PAD – Processo Administrativo Disciplinar**

**Port. – Portaria**

**RG – Relatório de Gestão**

**SAF – Seção Administrativa e Financeiras**

**SINPRF/SC – Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Santa Catarina**

**SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização**

**SRH – Seção de Recursos Humanos**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

**PROSSERV – Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável**



**SUMÁRIO****INTRODUÇÃO.....8****A- CONTEÚDO GERAL****10**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....</b>	<b>10</b>
<b>2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>11</b>
<b>a) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS: .....</b>	<b>11</b>
I. Competência.....	11
II. Objetivos estratégicos.....	12
<b>B) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>17</b>
I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	17
II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	18
<b>c) PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:.....</b>	<b>23</b>
<b>I. Relação dos programas e suas principais ações - 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....</b>	<b>23</b>
1. Dados Gerais do Programa.....	23
2. Dados Gerais da Ação - 1835 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	23
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	23
a) Principais Resultados:.....	24
b) Principais Problemas:.....	25
c) Contratações e Parcerias:.....	26
d) Transferências: .....	26
2. Dados Gerais da Ação - 8623 REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	26
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	27
a) Principais Resultados:.....	27
b) Principais Problemas:.....	27
c) Contratações e Parcerias:.....	28
d) Transferências: .....	28
2. Dados Gerais da Ação - 8698 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	28
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	29
a) Principais Resultados:.....	29
b) Principais Problemas:.....	30
c) Contratações e Parcerias:.....	31
d) Transferências: .....	31
2. Dados Gerais da Ação - 200C AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA.....	31
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	31
a) Principais Resultados:.....	31
b) Principais Problemas:.....	32
c) Contratações e Parcerias:.....	32
d) Transferências: .....	32
<b>I. Relação dos programas e suas principais ações - 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS.....</b>	<b>32</b>
1. Dados Gerais do Programa.....	32
2. Dados Gerais da Ação - 2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL.....	33
3. Informações significativas sobre a execução da ação 2524.....	33
a) Principais Resultados:.....	34
b) Principais Problemas:.....	36
c) Contratações e Parcerias:.....	36
d) Transferências: .....	36
2. Dados Gerais da Ação - 2723 POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS.....	36





3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	37
a) Principais Resultados:	37
b) Principais Problemas:	41
c) Contratações e Parcerias:	41
d) Transferências:	41
2. Dados Gerais da Ação - 2816 SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	41
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	42
a) Principais Resultados:	42
b) Principais Problemas:	46
c) Contratações e Parcerias:	46
d) Transferências:	46
2. Dados Gerais da Ação - 2B11 MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA	47
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	47
a) Principais Resultados:	47
b) Principais Problemas:	47
c) Contratações e Parcerias:	49
d) Transferências:	50
2. Dados Gerais da Ação - 4290 ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS	50
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	50
a) Principais Resultados:	50
b) Principais Problemas:	51
c) Contratações e Parcerias:	52
d) Transferências:	52
2. Dados Gerais da Ação - 4526 OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS	45
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	46
a) Principais Resultados:	46
b) Principais Problemas:	51
c) Contratações e Parcerias:	52
d) Transferências:	52
2. Dados Gerais da Ação - 4572 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	53
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	53
a) Principais Resultados:	60
b) Principais Problemas:	61
c) Contratações e Parcerias:	61
d) Transferências:	61
2. Dados Gerais da Ação - 8692 EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS	61
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	62
a) Principais Resultados:	62
b) Principais Problemas:	62
c) Contratações e Parcerias:	63
d) Transferências:	63
2. Dados Gerais da Ação - 86A1 PROCESSAMENTO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA	64
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	65
a) Principais Resultados:	66
b) Principais Problemas:	67
c) Contratações e Parcerias:	67
d) Transferências:	67
2. Dados Gerais da Ação - 8703 ATIVIDADE CORREICIONAL	67
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	67
a) Principais Resultados:	67
b) Principais Problemas:	68
c) Contratações e Parcerias:	69
d) Transferências:	69
2. Dados Gerais da Ação - 2C78 ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DPRF	69
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:	69
a) Principais Resultados:	70
b) Principais Problemas:	71
c) Contratações e Parcerias:	71
d) Transferências:	71



2. Dados Gerais da Ação - 4641 PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA.....	71
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	72
a) Principais Resultados:.....	72
b) Principais Problemas:.....	73
c) Contratações e Parcerias:.....	74
d) Transferências:.....	74
2. Dados Gerais da Ação - 2720- AÇÕES DE CARATER SIGILOSO NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	74
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	74
a) Principais Resultados:.....	74
b) Principais Problemas:.....	75
c) Contratações e Parcerias:.....	75
d) Transferências:.....	76
<b>I. Relação dos programas e suas principais ações - 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>76</b>
1. Dados Gerais do Programa.....	76
2. Dados Gerais da Ação - 2000 AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.....	76
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:.....	77
a) Principais Resultados:.....	77
b) Principais Problemas:.....	78
c) Contratações e Parcerias:.....	78
d) Transferências:.....	78
II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações.....	79
III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.....	80
<b>d) DESEMPENHO OPERACIONAL.....</b>	<b>80</b>
I. Evolução das receitas e despesas.....	80
II. Indicadores de desempenho.....	80
III. Análise do desempenho.....	83
<b>e) Programação Orçamentária.....</b>	<b>87</b>
I. Programação de Despesas Correntes.....	87
II. Programação de Despesas de Capital.....	87
III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	87
IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional :.....	87
V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	87
1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa:.....	89
<b>f) Execução Orçamentária.....</b>	<b>91</b>
I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	91
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	91
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	91
3. Evolução de Gastos Gerais.....	91
4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	91
5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ :.....	91
II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	92
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	92
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	92
3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	93
4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:.....	93
III. Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	94
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	94
2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:.....	96
IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ.....	98
1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:.....	98
<b>g) Indicadores Institucionais:.....</b>	<b>100</b>
<b>3. RECURSOS HUMANO.....</b>	<b>101</b>
<b>a) Composição do Quadro de Recursos Humanos.....</b>	<b>101</b>
Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	101
<b>b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009.....</b>	<b>102</b>
<b>c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....</b>	<b>102</b>
<b>d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos.....</b>	<b>103</b>
<b>5. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009.....</b>	<b>109</b>
<b>I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :.....</b>	<b>109</b>



---

6. TRANSFERÊNCIAS.....	110
11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	111
a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	111
b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	111
12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.....	112
a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	112
13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.....	113
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.....	113
<b>B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO .....</b>	<b>114</b>
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	114
5. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	114



## INTRODUÇÃO

A base estrutural estabelecida para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 (três) eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde nas rodovias federais.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na Lei Orçamentária Anual 2009 e os relatórios de atividade das diversas áreas da administração da Superintendência.

Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e os itens 2, 3 e 4 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Da mesma forma a Programação Orçamentária e a Execução Orçamentária de Créditos Originários, não se aplicam a esta Unidade Orçamentária, visto que são feitos pelo DPRF.

Dentre as principais realizações da gestão no exercício foram a implantação do “Programa Michel Figueiredo – A Saúde Levada a Sério”, atendendo as diretrizes básicas do PROSSERV,



---

instituído nos termos da Instrução Normativa nº 20 de 06/08/2003, na área dos recursos humanos.

Na área correicional alcançou-se uma significativa redução dos processos administrativos disciplinares instaurados, onde esta regional iniciou o exercício com um passivo total de 265 processos, registrando mais 100 novos processos no decorrer do exercício, do total em que 190 foram processados e concluídos.

O planejamento para o exercício seguinte estará concentrado na constante persecução dos projetos e programas já em andamento, objetivando a ampliação dos resultados já alcançados.

Pretende-se a viabilização e a continuidade do Programa Michel Figueiredo – um programa de saúde para os servidores da 8ª SRPRF/SC iniciado no ano de 2009, atendendo as diretrizes básicas do PROSSERV – Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável, instituído nos termos da Instrução Normativa nº 20 de 06/08/2003 e as atribuições previstas no Art. 89 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, através da contratação de uma equipe básica de saúde.



## A- Conteúdo Geral

## 1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> EXECUTIVO			
<b>Órgão de Vinculação:</b> DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			<b>Código SIORG:</b> 704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> OITAVA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
<b>Denominação abreviada:</b> 8ª SRPRF			
<b>Código SIORG:</b> 2833	<b>Código LOA:</b> NÃO SE APLICA		<b>Código SIAFI:</b> 200125
<b>Situação:</b> ATIVA			
<b>Natureza Jurídica:</b> ÓRGÃO PÚBLICO			
<b>Principal Atividade:</b> NÃO SE APLICA À UJ		<b>Código CNAE:</b> NÃO SE APLICA À UJ	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(48) 3251 3200	(48) 3251 3232	(48) 3251 3233
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:saf.sc@dprf.gov.br">saf.sc@dprf.gov.br</a> e/ou <a href="mailto:gab.sc@dprf.gov.br">gab.sc@dprf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">http://www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> 8ª SRPRF/SC - Rua Álvaro Mullen da Silveira, 104 – Centro - CEP 88.020-180 – Florianópolis – SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal (Art. 144)			
Decreto n. 18.323, de 24 de julho de 1928			
Decreto n. 1.655, de 03 de outubro de 1995			
Portaria n. 1375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 6 de agosto de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria n. 1375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 6 de agosto de 2007			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NÃO SE APLICA À UJ			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Código SIAFI</b>	NÃO SE APLICA À UJ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Código SIAFI</b>	NÃO SE APLICA À UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	



NÃO SE APLICA À UJ

NÃO SE APLICA À UJ

## 2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

### a) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS:

#### I. Competência

A carta magna de 1988, em seu art. 144, assegura a missão constitucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, estabelecendo como fator primordial, o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, somando ainda as competências definidas pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 e pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. de 06 de agosto de 2007.

Nesta esteira, depreende-se da legislação vigente, o nobre rol de atribuições confiadas ao Departamento Polícia Rodoviária Federal, com o objetivo precípuo de resguardar a segurança pública no âmbito da rodovias federais, dentre os quais ressalta-se:

- ♦ patrulhar ostensivamente as rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, objetivando a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- ♦ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- ♦ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ♦ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos,



imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

- ♦ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- ♦ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

Desta forma, a operacionalização de suas atribuições em todo o território nacional, se viabiliza através da estruturação do Departamento, o qual contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências e 5 Distritos, responsáveis pelos objetivos e metas organizacionais nas áreas sob sua gerência administrativa e operacional.

## II. Objetivos estratégicos

As rodovias federais são o elo de integração nacional, representando importante fator estratégico na aplicação de qualquer programa, plano ou estratégia de desenvolvimento nacional, social ou cultural, consolidando assim imprescindibilidade da Polícia Rodoviária Federal, representando em todo o país um contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que



compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhões de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população.

Nesse aspecto, verificamos que, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso estado e assolando a população em patamares extremamente críticos.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento.

Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.



Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além deles, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc.

Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os



movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população.

Necessária também, se faz a presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país, onde o foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais necessitam ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano.

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina – 8ª SRPRF/SC,





para a execução de sua atividade fim, é constituída em uma Sede Regional, oito Delegacias, vinte e quatro postos de fiscalização, um Núcleo de Operações Especias, um Corpo de Motociclistas, uma Central de Informações Operacionais, um Grupo de Operações com Cães e a Divisão de Operações Aéreas-Base Sul, possui 514 policiais na ativa, em atuação em todo o território estadual e eventualmente têm parte de seu efetivo deslocado para operações em partes do território nacional.

A Regional desenvolve trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A maior dificuldade por qual passa esta Regional encontra-se no reduzido efetivo, levando-se em consideração que a atividade fim da Instituição é iminentemente operacional, a área administrativa é penalizada em função da falta de pessoal para atendimento de grande parte das demandas laborais.

Na área operacional, observamos postos em que trabalham somente dois policiais por escala, o que afeta inclusive a segurança dos próprios policiais.

Na área administrativa, há núcleos que funcionam com apenas dois servidores, quando haveria a necessidade mínima de quatro ou cinco servidores, para que hoje iniciassem atividades que estão acumulando-se há tempos em função da escassez de recursos humanos.

A 8ª Superintendência/SC, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.304 km de rodovias federais catarinenses, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

Ao longo de 2009, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.



## **B) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

A necessidade de reduzir o número de vítimas de acidentes nas rodovias federais é a grande missão da Polícia Rodoviária Federal, para isso a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, delimitou como seus objetivos primordiais a diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infraestrutura das unidades e viaturas.

Com o foco voltado a estes objetivos lançou-se mão de todos os esforços, sendo que uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi intensificar o patrulhamento ostensivo, alocando o máximo de policiais na rodovia, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

### I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A ostensividade do policiamento, fator primordial nesta estratégia, foi buscada com a utilização do cartão programa, expediente que estabelece o itinerário das tarefas que o policial deverá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa constam os deslocamentos e os locais na rodovia onde a viatura deverá estar posicionada para realizar operações de fiscalização, prevê ainda, além de trechos que deverão sofrer ronda, os horários específicos em que estas deverão ser realizadas.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa e direciona o roteiro de fiscalização para intensificar o policiamento ostensivo nestes locais críticos.

A utilização de radares fotográficos para a fiscalização de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes



como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2008, houve incremento na efetiva utilização desses equipamentos.

No que tange às ações de combate a criminalidade, um dos fatores motivadores é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Entretanto a insuficiência de recursos ordinários para atender as várias necessidades de reformas e o contingenciamento das emenda parlamentares impediram maiores avanços nesse aspecto.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, e, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e atuação com computadores de mão (EDAs).

## II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

O mapa estratégico restou definido em três grandes ações a serem desenvolvidas no exercício: diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, reforço nas ações de combate à



criminalidade e modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

Estratégia de atuação para diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias:

A presença ostensiva do policial nas rodovias federais, sem dúvida alguma auxilia na diminuição do número de acidentes uma vez que os usuários ao avistar a figura do policial ou a viatura operacional reduzem a velocidade, na expectativa de não infringir alguma norma de trânsito.

Visando a permanência máxima possível de viaturas policiais nas rodovias, utilizou-se o expediente do cartão programa que é um itinerário dos pontos estratégicos em que o policial da escala deve estar posicionado ou em ronda com a viatura.

Principais dificuldades:

a) Falta de efetivo:

Não se pode ignorar a gritante deficiência de efetivo que aflige a direção do DPRF, com a diminuição gradativa do material humano por diversos motivos, na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Diversos postos nesta regional possuem apenas dois policiais de plantão, o que impossibilita o bom cumprimento das atividades normais e atendimento de ocorrências no decorrer do plantão. É política do DPRF que o policial não deve realizar qualquer trabalho sozinho, pois isso implicaria em risco a sua própria segurança, um mínimo de dois policiais é necessário para garantir a sua integridade física e a segurança da ocorrência.

Para tanto, o cumprimento do cartão programa deixa de ocorrer nos casos em que há necessidade da presença dos dois únicos policiais para atendimento de outra situação. Não ignoramos o fato de que por inúmeras vezes o policial desloca-se sozinho, pois quando duas ocorrências urgentes e emergenciais ocorrem simultaneamente, não resta outra alternativa.

Outro aspecto negativo para o cumprimento dessa estratégia seria a grande quilometragem





que cada Posto da PRF é responsável em patrulhar. Alguns postos tem mais de 300 km de circunscrição, enquanto o ideal seria no máximo 100 km. Com essa quilometragem reduzida o deslocamento do policial para atendimento de algum chamado seria abreviado e assim o seu retorno também seria mais rápido permitindo assim a otimização do tempo de trabalho e a realização de mais rondas e fiscalização.

Atualmente, além das inúmeras competências dos policiais rodoviários na operacionalidade como: atendimento de acidente, auxílio a usuário, fiscalização, aplicação de multas de trânsito, apreensão de armas, drogas e demais materiais, detenção de pessoas; cabe a ele também todo o trabalho administrativo que a função requer como: digitação de multas, elaboração do boletim de acidente, a digitação do boletim de acidente no sistema, relatório diário das atividades do posto PRF e das viaturas, atendimento aos usuários, recebimento de recursos de multas, liberação de veículos retidos entre outros. Todos os serviços devem ser realizados em cada plantão conforme a demanda apresentada em cada dia de trabalho e em dois policiais o tempo é exíguo.

Outro fator importante é que diversos policiais exercem as atividades da área meio (administrativa) para suprir a deficiência de pessoal para tanto. O quadro de pessoal da área administrativa também encontra-se totalmente deficitário, necessitando de mais servidores para dar conta dos trabalhos. Esses policiais deixam de estar na pista (rodovia) exercendo as atividades as quais foram treinados, para exercerem atividades de caráter administrativo para garantir a continuidade dos trabalhos na área operacional.

b) Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:

Essa Regional apresentava diversas viaturas inativas devido a necessidade de manutenção, sem no entanto contar com disponibilidade orçamentária. No decorrer do ano enfrentamos diversas situações delicadas, quando da necessidade urgente de reparos em viaturas para garantir a continuidade mínima dos trabalhos dessa instituição, sem no entanto conseguirmos recursos para esse fim.

A redução dos acidentes encontra-se prejudicada nesse programa quando a questão é acidentes em trechos urbanos. Observa-se que diversos acidentes são de atropelamento ocorridos



quando o pedestre de forma imprudente atravessa a rodovia sem atenção ou sem a utilização das passarelas. Não há a regulamentação quanto a conduta irregular do pedestre. Então, o cartão programa apresenta-se inoperante quando diz respeito aos acidentes com pedestres.

## ESTRATÉGIA

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito. Com a aplicação da multa, o usuário verifica que a sua infração foi detectada e conseqüentemente punida. Isso faz com que os usuários reduzam a velocidade tendo a expectativa de encontrar radares ao longo da rodovia e terem a garantia da punibilidade caso infringjam a lei.

Estratégia de atuação para o reforço nas ações de combate à criminalidade:

A capacidade do policial na resolução correta de problemas, lhe traz mais segurança e proporciona-lhe satisfação no desempenho de suas funções. Baseado nisso a PRF tem trabalhado para permitir a constante capacitação de policiais nas ações de combate a criminalidade e demais áreas. Esses treinamentos são realizados por instrutores do quadro, capacitados, que repassam o seu conhecimento aos policiais mais novos na atividade e requalificam os antigos.

Estratégia de atuação para a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas:

Objetivando a criação de ambientes de trabalho melhores em termos organizacionais e mesmo do aspecto físico buscou-se recursos junto ao DPRF para reformas de postos, delegacias e a Sede da 8ª SPRF/SC. Alguns postos distribuídos pelo estado encontram-se em situações lamentáveis de espaço físico, degradação pelo tempo e operacionalidade. Os policiais para poderem trabalhar em determinadas situações reúnem esforços para remediar a situação calamitosa afim de exercerem suas funções no mínimo de salubridade.

A Sede dessa Regional apresenta graves problemas estruturais, hidráulicos e elétricos já detectados por comissões de policiais engenheiros civis e eletricitistas.

Embora as obras não estejam concluídas muito se avançou no período com relação a



modernização da infra-estrutura do órgão, através da destinação orçamentária que proporcionou a satisfação de algumas das demandas mais urgentes.

Principais dificuldades:

a) Recursos ordinários insuficientes para atender as várias necessidades de reformas:

Por diversas vezes foi pleiteado junto ao DPRF, recursos para atender as reformas e reparos nas Unidades dessa Regional. Por falta de recursos o repasse não pode ser efetuado na totalidade, hoje a demanda é elevada, mas deve ser considerado que as necessidades prementes já estão sendo atendidas.

#### ESTRATÉGIA

Esta Regional, bem como as demais Regionais, tem em sua frota de viaturas com quilometragens muito elevadas, muito tempo de uso, o que as tornam impróprias para o trabalho pois os custos para manutenção tornam-se elevados.

Considerando que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, a renovação da frota deveria ser realizada com a idade máxima de quatro anos para cada viatura, pois são veículos que percorrem inúmeros quilômetros diariamente, com diversidade de motoristas, cada um com perfil próprio de dirigibilidade, o que contribui para prejudicar ainda mais o estado de conservação do veículo.

Objetivando a renovação da frota constantes leilões de veículos oficiais vem sendo realizados para alienação de bens inservíveis. Esses veículos já não tinham mais condições de rodar por motivo de segurança e por motivos de economicidade, dessa forma cumprindo orientações da administração, tendo em vista o alto custo de manutenção.

Mais uma vez, a escassez de recursos é determinante no insucesso da efetivação dessa estratégia. Haja vista os recursos insuficientes e por muito tempo houve falta de investimentos nesta área na medida ideal do atendimento.

**c) PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:****I. Relação dos programas e suas principais ações - 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL****1. Dados Gerais do Programa**

<b>Tipo de programa</b>	<b>FINALÍSTICO</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.</b>
<b>Objetivos Específicos</b>	
<b>Gerente do programa</b>	<b>HÉLIO CARDOSO DERENNE</b>
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	<b>LUIZ ADEMAR PAES</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<b>Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais</b>

**2. Dados Gerais da Ação - 1835 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>PROJETO</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões</b>	<b>DPRF</b>



estratégicas	
Coordenador nacional da ação	<b>EDNILSON BRUNO</b>
Unidades executoras	<b>Núcleo de Telemática</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

As principais ações nesta ação dizem respeito ao provimento do órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da Internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

Destaca-se, ainda em 2009, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, notebooks, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, renovando o parque computacional de todas as delegacias, conforme planilhas abaixo:

PLANILHA 01			
1835 IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
DATA	DESCRIÇÃO	Nº EMPENHO	VALOR
30/09/09	Equipamento de comunicação e telefonia digital	2009NE900623	15.306,70
18/12/09	Torres de comunicação para radiofonia	2009NE900877	128.000,00
30/09/09	Equipamento energético para	2009NE900625	670,00



	informática		
04/08/09	Servidores de rede tipo 3, marca Dell	2009NE900550	57.350,00
30/09/09	Equipamento de processamento de dados	2009NE900624	2.450,00
08/12/09	Equipamentos de informática e suprimentos	2009NE900798	8.310,00
08/12/09	Equipamentos de informática e suprimentos	2009NE900799	71.656,00
18/12/09	Equipamentos de informática e suprimentos	2009NE900856	5.400,00

**PLANILHA 02****200C AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA**

QUANT	MARCA/MODELO	Nº EMPENHO	VALOR
13	Renault/Megane*	2008NE01033	629.720,00
3	GM/Blazer*	2008NE01032	220.500,00
1	Fiat/Ducato	2009NE900810	101.950,00

\*Veículos adquiridos no exercício de 2008, que foram recebidos no exercício 2009.

Esta renovação possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico.

**b) Principais Problemas:**

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de



prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real.

Entretanto a busca por uma tecnologia sempre atual revela uma conta que nem sempre fica dentro dos parâmetros planejados e muitas vezes revela um custo muito maior do que o desejável, fator que somado ao orçamento deficitário, limita em muito as projeções esperadas.

### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 8623 REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões</b>	<b>DPRF</b>





estratégicas	
Coordenador nacional da ação	<b>ROMMEL BRANDÃO</b>
Unidades executoras	<b>Núcleo de Serviços Gerais</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

No exercício 2009 houve continuidade na Meta do DPRF relativa a adequação das unidades operacionais de fiscalização, sendo que na 8ª SRPRF/SC foram finalizados os projetos básicos e executivos necessários para reforma, manutenção e/ou ampliação das instalações elétricas, das instalações hidros-sanitárias, da rede de dados e voz, do sistema de proteção contra descargas atmosféricas, da adequação de ambientes para desenvolvimento das atividades operacionais e do sistema de comunicação visual, de todos os postos de fiscalização, visando equipá-los de infra-estrutura mínima de funcionamento e atendimento aos policiais e usuários das rodovias federais no Estado de Santa Catarina.

Em virtude da escassez de recursos humanos, as instruções processuais restaram atrasadas e não possível iniciar contratações para reformar os postos de fiscalização, segundo os projetos básicos e executivos apresentados.

#### b) Principais Problemas:

Na aplicação desta ação verificou-se, primordialmente pela falta de material humano suficiente na área administrativa, uma grande dificuldade na instrução dos processos licitatórios, para aquisição de projetos executivos e contratação dos serviços de engenharia.

A falta de servidores para desenvolver a demanda de serviço administrativo existente, já apresenta-se como problema crônico, de forma que estas novas demandas de serviços de engenharia, culminaram em congestionar os poucos servidores responsáveis.

Tendo tomado consciência destes limitadores dentro da estratégia, esta administração optou



pela criação de uma Comissão Permanente de Infra-estrutura, com servidores destacados para atender especificamente, aos pormenores dificultadores, ação que possibilitou os resultados alcançados.

Cabe salientar que os servidores envolvidos nesta ação não foram concursados para este fim, trata-se de contingente de policiais que tendo a formação técnica, sobrecarregam-se de atribuições para atendimento da demanda, haja vista que o Governo Federal não vislumbrou a necessidade de dotar em especial, este órgão da Administração, com servidores contratados para este fim.

### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

Houve em 2009 a contratação de reformas pontuais e incipientes para atendimento de demandas pré-existentes, tais como a reforma no Telhado da Delegacia de Tubarão, em virtude das chuvas intensas que ocorreram no Estado, a reforma do Posto de Rancho Queimado e a reforma de salas nesta regional para alocar a Central de Informações Operacionais-CIOP, que necessitava ser transferida para esta Sede o processo estava em andamento desde 2008, bem como contratação de Projeto Executivo para reformar a Sede desta Regional.

### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 8698 MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Projeto</b> <b>DPRF</b>
---------------------	-------------------------------



	<b>Nutel</b>
<b>Finalidade</b>	Manutenir e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas etc.
<b>Descrição</b>	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Coordenador nacional da ação</b>	EDNILSON BRUNO
<b>Unidades executoras</b>	NUTEL

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

No que concerne à ciência e tecnologia dentro da segurança pública, como, por exemplo, bloqueio seletivo de informação, sistema de identificação único de delitos, inteligência policial, deve-se observar que no Brasil, os sistemas de informação para a segurança ainda são desintegrados e pouco eficientes.

O diagnóstico da situação atual das tecnologias de apoio ao sistema de segurança da 8ª SRPRF/SC é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

✓ **INFOSEG:** sistema em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente



utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal;

✓ **BR-Brasil:** ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como consolida o banco de dados de acidentes;

✓ **ALERTA:** de auxílio no combate ao roubo/furto de veículos;

✓ **Sistema de Multas:** visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da PRF, já que os Estados não os compartilham entre si, razão pela qual há necessidade de sua implantação.

Assim o sendo, verificou-se como grande desafio a constante atualização do parque computacional da regional, resultando na aquisição de diversos equipamentos para modernização dos sistemas de tecnologia e informação, conforme **PLANILHA 01**, apresentada anteriormente.

### **b) Principais Problemas:**

Embora contando com a existência de sistemas informatizados para registro de ocorrências, estes encontram-se relativamente disseminados nos seus respectivos órgãos, faltando um sistema que unifique e disponibilize esses dados para as atividades ligadas à segurança pública.

As consultas necessárias apresentam dificuldades para acesso a outros bancos de dados importantes, por motivos que vão desde a restrição de acesso (falta de usuário, dificuldades com senhas), até telas complexas (terminais mainframe) e/ou multiplicidade de ambientes.

Por outro lado, observa-se ainda o alto custo dos equipamentos, bem como a constante necessidade de atualizações, dificultando assim a implementação desta ação, visto que a existência de previsão na lei orçamentária não implica, necessariamente, efetiva disponibilidade dos recursos, que podem, por exemplo, ser insuficientes para o montante total das necessidades surgidas no



período, ou ainda, sujeitas aos contingenciamentos de receitas promovidos pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

### c) Contratações e Parcerias:

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### d) Transferências:

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## 2. Dados Gerais da Ação - 200C AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
<b>Descrição</b>	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Coordenador nacional da ação</b>	HENRIQUE LIMA
<b>Unidades executoras</b>	Núcleo de Patrimônio e Material

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

A regional está inserida na implantação do Projeto Unidades de Apoio ao Cidadão – UNACI/PRONASCI – um complexo estudo científico já aprovado e referendado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e pelo TCU – Acórdão N.º. 353, publicado no DOU em 28 de março de 2006, cujo estudo visa dar nova formatação operacional, conferindo nova



metodologia de distribuição geográfica aos Postos de Fiscalização e viaturas ao longo dos quase 66.000 quilômetros de rodovias federais.

Desta forma, como resultado direto deste projeto foram recebidas no exercício de 2009, 13 (treze) veículos RENAULT/ Megane e 03 (três) veículos GM/Blazer, destinados exclusivamente ao patrulhamento ostensivo das rodovias que integram a área geográfica de implantação do projeto, bem como foi adquirido 01 (um) veículo furgão, modelo DUCATO, para ser utilizado pelo Núcleo de Patrimônio no transporte e distribuição de materiais e equipamentos, conforme **PLANILHA 02**, apresentada anteriormente.

#### **b) Principais Problemas:**

Os limites orçamentários disponíveis para esta ação não satisfazem a demanda do órgão.

#### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

#### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### **I. Relação dos programas e suas principais ações - 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS**

#### **1. Dados Gerais do Programa**

<b>Tipo de programa</b>	<b>FINALÍSTICO</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas</b>





	e redução dos acidentes de trânsito
Gerente do programa	HÉLIO CARDOSO DERENNE
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	LUIZ ADEMAR PAES
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia a Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

## 2. Dados Gerais da Ação - 2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino



	à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Unidades executoras	NUCAP

### 3. Informações significativas sobre a execução da ação 2524

#### a) Principais Resultados:

As principais ações dizem respeito a formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando, capacitando e qualificando os candidatos as atividades inerentes ao cargo.

Visa também capacitar e qualificar os quadros existentes na Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

O programa de atualização para o efetivo policial do quadro da 8ª SRPRF/SC, tem como objetivo padronizar e atualizar os policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades.

O Programa foi dividido em módulos de forma a ser realizado com pequena carga horária cada um deles e propiciar a participação de um maior número de policiais tendo em vista o nosso regime de escalas de serviço e dos módulos estarem sendo ministrados em todas as Delegacias.

Nesta forma de capacitação utilizamos instrutores e multiplicadores das próprias regionais minimizando os custos de execução tendo em vista não haver necessidade de deslocamentos aéreos dentro de cada regional, tendo os recursos destinados apenas para pagamento de diárias para os instrutores.

Foram capacitados 579 servidores, entre os quais convidados de outras instituições e de outras regionais da PRF, através das ações elencadas abaixo:

**Cursos e eventos realizados – JANEIRO**

<b>Curso – 67 pessoas</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
Noções em Operações Aéreas	Joinville/SC	Dia 28	7h/a
Noções em Operações Aéreas	Joinville/SC	Dia 29	7h/a

**Cursos e eventos realizados – MARÇO**

<b>Curso – 41 pessoas</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
Curso de atualização policial – módulo III	Florianópolis/SC	Dia 24	4h/a
Curso de atualização policial – módulo III	Florianópolis/SC	Dia 25	4h/a

**Cursos e eventos realizados – JUNHO**

<b>Curso – 61 pessoas</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
Curso de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos	Florianópolis/SC	Dia 23	8h/a
Licitação	Florianópolis/SC	Dias 26-30	16h/a

**Cursos e eventos realizados – OUTUBRO**

<b>Curso – 10 pessoas</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
Curso de Condicionamento Físico e Defesa Pessoal	Florianópolis/SC	Dias 28 a 30	16h/a

**Cursos e eventos realizados – DEZEMBRO**



<b>Curso – 400 pessoas</b>	<b>Local</b>	<b>Período</b>	<b>Carga Horária</b>
Curso avançado de levantamento do local de acidente	TODA 8ª SRPRF/SC	06 a 21	8h/a por dia

### **b) Principais Problemas:**

Observaram-se como maiores óbices nesta ação, a falta de material humano para implementar os projetos a serem iniciados e os que já estão em andamento.

### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 2723 POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados</b>





	<p>nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>CORACI RICARDO FERNANDES VIEIRA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SPF</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

A preocupação com a efetividade das ações da PRF encontra eco nas múltiplas missões que



desempenha, bem como na importância dessas tarefas, principalmente, com já dito, no patrulhamento ostensivo das rodovias federais com execução de operações relacionadas com a segurança pública. Esse patrulhamento deve ser exercido para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O patrulhamento ostensivo consiste na vigilância exercida na área de circunscrição, por meio de Postos fixos, rondas com viaturas (duas ou quatro rodas) e aeronaves. É nessa atividade (patrulhamento) que a PRF, além de auxiliar o usuário da estrada, atender e socorrer eventuais vítimas de acidentes de trânsito, combater os diversos ilícitos, exerce o Poder de Polícia, o qual é empregado no sentido de fazer cumprir as normas de circulação e conduta estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Com efeito, a regional logrou grande êxito na implantação de dois importantes projetos que vem sendo utilizados a nível de Departamento, com alcance nacional:

Cartão-Programa de Policiamento – ferramenta gerencial e de execução, visa dar efetividade à análise proveniente da extração de dados do Sistema Datatran, otimizando os meios já existentes nos Postos de Fiscalização. Essa ferramenta permite ao Gestor Regional programar as Equipes de Serviço de modo a dispô-las nos locais estratégicos como forma a se prevenir ocorrência de acidentes de trânsito.

Projeto Unidades de Apoio ao Cidadão – UNACI/PRONASCI – um complexo estudo científico já aprovado e referendado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e pelo TCU – Acórdão N°. 353, publicado no DOU em 28 de março de 2006, cujo estudo visa dar nova formatação operacional, conferindo nova metodologia de distribuição geográfica aos Postos de Fiscalização e viaturas ao longo dos quase 66.000 quilômetros de rodovias federais.

Além dos procedimentos normais relativos ao policiamento ostensivo nas rodovias federais, a regional realizou a intensificação do policiamento, editando 44 Ordens de Serviço, as quais estabelecem as atividades, materiais e pessoal destinados especificamente a dar cumprimento à missões específicas, sem qualquer prejuízo as atividades e ações desenvolvidas normalmente, a saber:

Ordem de Serviço 001 Operação FARO FINO I





- 
- Ordem de Serviço 002 Operação Carnaval
- Ordem de Serviço 003 Operação Conjunta
- Ordem de Serviço 005 22º TOUR DE SC VOLTA CICLÍSTICA
- Ordem de Serviço 006 Operação Semana Santa
- Ordem de Serviço 007 Operação Rota Segura I
- Ordem de Serviço 008 Operação Carpe Dien
- Ordem de Serviço 009 Operação TIRADENTES
- Ordem de Serviço 010 Operação divisa norte II
- Ordem de Serviço 011 Operação DIA DO TRABALHADOR
- Ordem de Serviço 012 Operação Op. Muamba II – 2009
- Ordem de serviço 013 2009 Operação Visita Presidencial
- Ordem de Serviço 014 2009 Operação Fronteira Sul I
- Ordem de Serviço 015 2009 Operação ANTT festa do pinhão
- Ordem de Serviço 016 2009 Operação Corpus Christi
- Ordem de Serviço 017 Operação Anjo da Guarda Fest
- Ordem de Serviço 018 Operação Foz do Igaçu – 2009
- Ordem de Serviço 019 2009 5º PORTO MURTINHO
- Ordem de Serviço 020 2009 Operação VISITA PRESIDENCIAL JUNHO 2009
- Ordem de Serviço 021 2009 Operação JULGAMENTO ANTT-CTB-PP
- Ordem de Serviço 022 2009 1º BCBW 2009



- 
- Ordem de Serviço 023 2009 Operação PHD 7
- Ordem de Serviço 024 2009 Operação Comando de Saúde nas Estradas 2009
- Ordem de Serviço 025 2009 Operação CONJUNTO ANTT
- Ordem de Serviço 026 2009 Operação Conjunta RF – 2009
- Ordem de Serviço 027 2009 Operação Desfile Sete de Setembro
- Ordem de Serviço 028 2009 Operação SETE DE SETEMBRO – 2009
- Ordem de Serviço 029 2009 Operações Temáticas
- Ordem de Serviço 030 2009 Operação Semana Nacional de Trânsito 2009
- Ordem de Serviço 031 2009 Operação Transporte Seguro I
- Ordem de Serviço 032 2009 Operação Conjunta MPE – 2009
- Ordem de Serviço 033 2009 Operação festas de outubro
- Ordem de Serviço 034 2009 Operação Nossa Senhora Aparecida
- Ordem de Serviço 035 2009 Operação Faixa de Domínio
- Ordem de Serviço 036 2009 Operação Finados
- Ordem de Serviço 037 2009 ESCOLTA MILITAR NOV 2009
- Ordem de Serviço 038 2009 23º TOUR DE SC\_VOLTA CICLÍSTICA
- Ordem de Serviço 039 2009 Operação Transporte Seguro II
- Ordem de Serviço 040 2009 Operação EXCESSO DE PESO I
- Ordem de Serviço 041 2009 Operação JULGAMENTO ANTT-CTB-PP
- Ordem de serviço 042 2009 Operação Visita Vice Presidente



Ordem de serviço 043 2009 Escolta Prova ENEM-2009

Ordem de Serviço 044 2009 Operação Apoio a Receita Federal – 2009

### **b) Principais Problemas:**

Nesta ação, novamente os esforços dispendidos encontraram óbice na falta de recursos orçamentários para aquisição de equipamentos adequados, materiais e serviços que possibilitem maior autonomia e segurança ao policial em serviço.

Ratifica-se a problemática da escassez de recursos humanos, que prejudica sobremaneira a atuação da Instituição.

### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 2816 SERVIÇO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Coleta de informações, em toda a malha</b>





	<b>rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>JOSEMAR MONTEIRO BARROS</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>NUINT</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

O principal objetivo da ação visa, atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

A Área de Inteligência do órgão atua de forma bastante sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência do órgão, tendo como objetivo principal das atividades de inteligência a atuação preventiva no combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando condições para que o órgão promova suas ações policiais de segurança pública de forma a combater eficazmente o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o NUINT promoveu e manteve o intercâmbio com as áreas de inteligências da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado, dando suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Federal e Estadual, executando diversas operações e desenvolvendo projetos vários, conforme descrição abaixo:

1- Investigação Social dos candidatos ao cargo de PRF, residentes no Estado de Santa Catarina, das duas turmas formadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal-DPRF em 2009;

2- Atendimento de todos os Pedidos de Busca-PBs oriundos da Coordenação de Inteligência-



COINT/DPRF, bem como de outros órgãos que fazem parte do Sistema Brasileiro de Inteligência-SISBIN, conforme diversos relatórios de inteligência com classificação sigilosa arquivados no NUINT-SC;

3- Organização e execução do VI Encontro Nacional dos Núcleos de Inteligência do DPRF, realizado em Florianópolis, no mês de setembro de 2009;

4- Criação do plano de segurança orgânica da sede da 8ª SRPRF-SC;

5- Apoio ao Núcleo de Operações Especiais-NOE em diversas operações executadas no Estado de SC, resultando em prisões de pessoas e apreensões de armas, drogas e produtos oriundos de contrabando e descaminho;

6- Participação em reuniões do grupo de trabalho para a criação do Conselho Estadual de Combate à Pirataria e Defesa de Ética Concorrencial de Santa Catarina-CECOP-SC ;

7- Apoio as atividades de segurança de autoridades federais, inclusive do Excelentíssimo Sr. Presidente da República Federativa do Brasil, durante visita ao Estado de Santa Catarina e deslocamento pelas rodovias federais do Estado;

8- Participação efetiva no programa de combate a exploração sexual infanto-juvenil ao longo das rodovias federais do Estado.

Ainda, foram desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência de Santa Catarina-NUINT-SC, em conjunto com o Centro de Investigações Especiais do Ministério Público de Santa Catarina-CIE-MPSC durante o ano de 2009, as operações abaixo:

Data	19.03.2009	Cidade	Balneário Camboriú
Operação	Tempestade no Deserto 2		
Descrição	Operação conjunta com Receita Federal em camelódromo de Balneário Camboriú.		
Efetivo Op.	50 agentes	Efetivo PRF	15

Data	23.03.2009	Cidade	Indaial
Operação	Cobrança por exames do SUS		
Descrição	Prisão de médico por cobrar exames de rotina do SUS		
Efetivo Op.	8 agentes	Efetivo PRF	1



Data	26.05.2009	Cidade	Jaraguá do Sul
Operação	Combate a Pirataria – “Arriar Jolie Rouge”		
Descrição	Operação conjunta com Receita Federal e Inmetro de combate a pirataria – R\$ 148.000,00 em produtos contrabandeados.		
Efetivo Op.	80 agentes	Efetivo PRF	12

Data	28.05.2009	Cidade	Chapecó
Operação	Combate a Pirataria - “Arriar Jolie Rouge”		
Descrição	Operação conjunta com Receita Federal e Inmetro de combate a pirataria – R\$ 100.000,00 em produtos contrabandeados.		
Efetivo Op.	30 agentes	Efetivo PRF	8
Data	28.05.2009	Cidade:	Meio-Oeste (Lages, Curitibaanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul)
Operação	Combate a Pirataria - “Arriar Jolie Rouge”		
Descrição	Operação conjunta com Receita Federal e Inmetro de combate a pirataria – R\$ 194.000,00 em produtos contrabandeados.		
Efetivo Op.	30 agentes	Efetivo PRF	8

Data	02.07.2009	Cidade:	Joinville-SC / Curitiba-PR / Belo Horizonte-MG
Operação	Operação Medusa		
Descrição	Operação objetivou desarticular organização criminosa especializada em assaltos a joalherias e carros-forte. 10 prisões		
Efetivo Op.	60 agentes	Efetivo PRF	3

Data	13.07.2009	Cidade:	Tubarão
Operação	Operação Gaia		
Descrição	Falsificação de laudos ambientais e contaminação de água em postos de combustíveis. 05 prisões.		
Efetivo Op.	30 agentes	Efetivo PRF	5





Data	23.08.2009	Cidade:	Florianópolis
Operação	Tráfico de entorpecentes		
Descrição	Apreensão de 30 Quilos de maconha e prisão de 05 pessoas. Droga oriunda de Dourados/MS para SC.		
Efetivo Op.	18 agentes	Efetivo PRF	1
Data	17.09.2009	Cidade:	Chapecó
Operação	“Nota referente - ATZO		
Descrição	Sonegação Fiscal – Fraude de 50 milhões		
Efetivo Op.	54 agentes	Efetivo PRF	18

Data	30.09.2009	Cidades	SC / SP/ GO /DF /MS /BA
Operação	Sonegação Fiscal – “Operação By-Pass”		
Descrição	Software e adulteração física em impressoras permitiam “caixa 2” em supermercados e outros estabelecimentos. 08 Prisões		
Efetivo Op.	130 agentes nos Estados	Efetivo PRF	1

Data	05.11.2009	Cidade:	Joinville-SC / Aracajú-SE / Lauro de Freitas-BA
Operação	Sonegação Fiscal – “Operação Plástico”		
Descrição	Criação de microempresas fictícias com o intuito de sonegar 70% do tributo.. 07 Prisões		
Efetivo Op.	35 agentes	Efetivo PRF	1

Data	28.05.2009	Cidade:	Florianópolis / Timbó / Blumenau
Operação	Sonegação Fiscal		
Descrição	Operação conjunta para recuperar R\$ 60.000.000,00 em impostos sonegados.		
Efetivo Op.	30 agentes	Efetivo PRF	1



Data	22.11.2009	Cidade:	Itajaí
Operação	Prisão de quadrilha especializada em assaltos à malotes e Supermercados		
Descrição	Foram presos 06 pessoas de um grupo especializado em assaltar comércios e empresas de transporte de valores. Diversas armas e munições apreendidas (FAL 7,62mm, metralhadora 9mm, pistolas, diversos carregadores e munições).		
Efetivo Op.	45 agentes	Efetivo PRF	1
Data	07.12.2009	Cidade:	Palhoça
Operação	Operação Passaporte		
Descrição	Prisão de integrante de quadrilha especializada em fraudar concessão de vistos para trabalho temporário nos Estados Unidos. Grupo teria arrecadado mais de R\$ 90 milhões.		
Efetivo Op.	45 agentes	Efetivo PRF	1

As atividades de inteligência desenvolvidas recentemente pela PRF têm logrado êxito no combate ao crime.

### **b) Principais Problemas:**

A falta de efetivo, prejudicou o desenvolvimento dos trabalhos, sendo que da totalidade de servidores lotados no Núcleo, houve o afastamento de dois servidores, um por 6 meses e outro por dois, devido a licença médica e a convocação de outro, por 5 meses, para atuar como instrutor em curso de formação da PRF.

A falta de recursos financeiros para custeio de diárias para atividades de inteligência no interior do Estado de Santa Catarina.

As instalações físicas disponibilizadas para o Núcleo são inadequadas e insuficientes.

A necessidade de reforma geral no edifício Sede da regional, para possibilitar a implantação do Plano de Segurança Orgânica elaborado nesse Núcleo por determinação do DPRF.

### **c) Contratações e Parcerias:**





A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

#### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 2B11 MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZACAO ELETRONICA DA MALHA RODOVIÁRIA**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>



<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>LUCIANO DA SILVA FERNANDES</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>NUTEL</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

Após vários anos da implantação do novo Código de Trânsito Brasileiro, que regulamentou e difundiu o uso de sistemas eletrônicos para a fiscalização de veículos, a tecnologia aplicada no monitoramento e na gestão do trânsito obteve grandes avanços no país.

A necessidade da expansão dessa ação está ligada com a sua contribuição para a redução do número de acidentes e vítimas fatais. A fiscalização eletrônica auxilia na conscientização do motorista, que ao ser penalizado pela infração, irá naturalmente ajustar seu comportamento, pois, não deseja ser advertido em uma próxima ocasião.

Além da redução do número de acidentes e suporte nos sistemas de gestão de tráfego, a tecnologia empregada no trânsito também avança em outras áreas.

Hoje a tecnologia disponível no mercado serve como apoio em ações de segurança pública. Além do controle de velocidade e contagem de fluxo, é possível fazer a leitura automática de placa que permite a identificação de veículos furtados ou roubados, tempo de viagem e identificar o perfil de cada motorista, monitorar as rodovias e fiscalizar os pontos mais críticos.

Tendo como base os pontos de maior índice de acidentes, através da instalação e utilização de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. A fiscalização envolvendo os equipamentos e instrumentos eletrônicos nas rodovias federais, apresentou índices de 19,42 %, relativos ao total de autuações aplicadas no período, conforme se demonstra no quadro abaixo, fato que corrobora a eficácia destes equipamentos e sua importância crescente na área operacional.:

<b>MÊS</b>	<b> AIS EXTRAÍDOS/ DIGITADOS</b>	<b>NOT. EQUIP. ELET.</b>	<b> AIS CANCELADOS/ INUTILIZADOS</b>	<b>TOTAL</b>
JANEIRO	14456	9734	356	<b>23834</b>





MÊS	AI EXTRAÍDOS/ DIGITADOS	NOT. EQUIP. ELET.	AI CANCELADOS/ INUTILIZADOS	TOTAL
FEVEREIRO	16034	6961	408	<b>22587</b>
MARÇO	12059	4435	269	<b>16225</b>
ABRIL	12364	3334	328	<b>15370</b>
MAIO	11641	2827	283	<b>14185</b>
JUNHO	8735	3313	371	<b>11677</b>
JULHO	9196	2448	275	<b>11369</b>
AGOSTO	9480	0	267	<b>9213</b>
SETEMBRO	9259	0	197	<b>9062</b>
OUTUBRO	10968	0	307	<b>10661</b>
NOVEMBRO	10432	0	265	<b>10167</b>
DEZEMBRO	12481	0	317	<b>12164</b>
TOTAL	<b>137105</b>	<b>33052</b>	<b>3643</b>	<b>166.514</b>

**Fonte: Relatórios Gerenciais do DPRF / Dinop (informações até 31/12/2009)**

Para 2010, um dos desafios do segmento é atender ao contínuo aumento populacional e de frota de veículos por meio de aperfeiçoamento tecnológico capaz de proporcionar constantes melhorias na gestão de tráfego e contribuir com o aumento efetivo da fiscalização, ou seja, redução de inadimplências e irregularidades além de ganhos na segurança e mobilidade no trânsito.

**b) Principais Problemas:**

Deficiência na disponibilidade orçamentária para aquisição de equipamentos de fiscalização, monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária.

**c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.





#### d) Transferências:

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### 2. Dados Gerais da Ação - 4290 ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
<b>Descrição</b>	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Coordenador nacional da ação</b>	LEJANDRE MONTEIRO
<b>Unidades executoras</b>	SRH

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

O atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial às vítimas de acidentes são as principais metas desta ação, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.

Dentro das atividades de saúde nas rodovias federais sob fiscalização da 8ª SRPRF/SC, temos como principal gestão da Ação a realização dos Comandos Médicos de saúde preventiva





realizadas ao longo das rodovias federais, cujo público alvo são os motoristas de caminhões, carretas, bi-trens, etc.

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela Ação, foi planejado a aquisição de equipamentos de forma centralizada, de modo a tornar a compra mais vantajosa para administração, com posterior distribuição para as Regionais.

Dentro dessa filosofia foram montados processos de aquisição para equipar as unidades, de modo a possibilitar o atendimento pré - hospitalar e resgate, bem como a realização dos Comandos de Saúde nas Rodovias e Patrulha da Saúde, registrados conforme detalhamento abaixo:

1. No dia 18/03/2009, na circunscrição da 5ª Delegacia, no posto de Ponte Alta, com efetivo externo de 25 (funcionários do SEST/SENAT, estudantes de enfermagem SENAI, servidores Militares do Exército) e 09 servidores da PRF, examinando 60 motoristas.
2. No dia 30/06/2009, no posto PRF de Biguaçu -1ª Delegacia, contando com a parceria do SEST/SENAT, voluntários da Resgate da PRF e 03 servidores da PRF, que examinaram 66 motoristas.
3. No dia 17/09/2009, foi realizado junto ao posto PRF de Xanxerê, com a participação de funcionários do SEST/SENAT, estudantes de enfermagem, enfermeira professora, ambos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), além de 6 servidores da PRF, examinando 141 motoristas.
4. No dia 01/12/ 2009, foi realizado o comando de saúde, junto ao posto PRF de Concórdia, contando com a presença de funcionários do SEST/SENAT, estudantes de enfermagem da Universidade do Contestado, servidora da FABET, servidores da SETCO, servidor da FETRANCESC e 7 servidores da PRF, sendo examinados 44 motoristas.

#### **b) Principais Problemas:**

As principais dificuldades encontradas concentram-se na falta de recursos orçamentários e falta de servidores capacitados.



**c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

**d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

**2. Dados Gerais da Ação - 4526 OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>



<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>NOE</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

As operações especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais, visam primordialmente fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral, com a realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim.

Objetiva resultados ainda, na realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros, bem como a prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

O Núcleo de Operações Especiais, no ano de 2009, desencadeou ou participou de 39 (trinta e nove) Operações Especiais de Combate ao Crime, que listamos aqui, atuando isoladamente, com outras instituições, em operações integradas ou ainda apoiando outras Regionais, além de cumprir escala mensal de 24 X 72, onde destacamos:

#### 1. OPERAÇÃO EM APOIO À DELEGACIA PRF DE JOINVILLE (janeiro e fevereiro)

Durante a operação férias de verão, o NOE/SC apoiou a 3ª Del de Joinville com duas equipes escaladas na unidade operacional de Barra Velha.



2. OPERAÇÃO “CARNAVAL” (Fevereiro)

Atender aos pontos críticos com risco de acidentes e de maior congestionamento de veículos;

3. OPERAÇÃO “ONN I” (Fevereiro)

Padronização da atuação dos NOE’s em nível nacional e combater a criminalidade.

4. OPERAÇÃO “ONN II” (Março)

Padronização da atuação dos NOE’s em nível nacional e combater a criminalidade.

5. OPERAÇÃO DE COMBATE AO CONTRABANDO, DESCAMINHO E TRÁFICO DE DROGAS. (Março)

Operação integrada com a Receita Federal e Ministério Público de Santa Catarina.

6. OPERAÇÃO “MUAMBA I” (Março)

Comandos de combate ao crime, em especial ao contrabando e descaminho em Dionísio Cerqueira/SC.

7. OPERAÇÃO “SEMANA SANTA 2009” (Abril)

Atender aos pontos críticos com risco de acidentes e de maior congestionamento de veículos;

8. OPERAÇÃO “TIRADENTES 2009” (Abril)

Atender aos pontos críticos com risco de acidentes e de maior congestionamento de veículos;

9. OPERAÇÃO “DIVISA NORTE I” (Abril)

Coibir o crime na região de divisa PR/SC.

10. OPERAÇÃO “DIVISA NORTE II” (Abril)

Coibir o crime na região de divisa PR/SC.

11. OPERAÇÃO “ONN III” (Abril)



---

Padronização da atuação dos NOE's em nível nacional e combater a criminalidade.

12. COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL (Maio)

Cumprir mandado de busca e apreensão em estabelecimento de itapema/SC.

13. ESCOLTA DE MATERIAIS APREENDIDOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA E RECEITA FEDERAL (Maio)

Proporcionar segurança e garantir a remoção de materiais, fruto de contrabando e descaminho, apreendidos em Araranguá, Jaraguá do Sul e Curitibanos.

14. OPERAÇÃO “CUPIM” ( Maio)

Cumprimento de mandados de busca e apreensão e de prisão no estado do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

15. OPERAÇÃO “OTENARCO IV” (Maio)

Comandos de combate ao crime, em especial ao tráfico de drogas ilícitas, e demais crimes correlatos em Mato Grosso do Sul.

16. OPERAÇÃO “MUAMBA II” ( Maio)

Comandos de combate ao crime, em especial ao contrabando e descaminho em Dionísio Cerqueira/SC.

17. OPERAÇÃO “DIA DO TRABALHO 2009” (Maio)

Atender aos pontos críticos com risco de acidentes e de maior congestionamento de veículos;

18. OPERAÇÃO “ONN IV” (Maio)

Padronização da atuação dos NOE's em nível nacional e combater a criminalidade.

19. OPERAÇÃO “FOZ DO IGUAÇU” (Junho)

Operação conjunta com a Receita Federal no combate ao contrabando e descaminho no Paraná.





20. OPERAÇÃO “GRALHA AZUL” (Junho)

Realizar patrulhamento de transito nos trechos reintegrados a fiscalização da PRF no estado do Parana, conforme decisão judicial.

21. OPERAÇÃO FRONTEIRA SUL (Junho)

22. OPERAÇÃO: “TRANSPORTE DE MATERIAL BÉLICO”

Operação realizada para transportar de cinquenta pistolas PT-100, com acessórios para 5ªSRPRF/RJ.

23. OPERAÇÃO GRALHA AZUL II (Julho)

Realizar patrulhamento de transito nos trechos reintegrados a fiscalização da PRF no estado do Parana, conforme decisão judicial.

24. OPERAÇÃO GRALHA AZUL III (Julho/Agosto)

Realizar patrulhamento de transito nos trechos reintegrados a fiscalização da PRF no estado do Parana, conforme decisão judicial.

25. OPERAÇÃO GRALHA AZUL IV (Agosto)

Realizar patrulhamento de transito nos trechos reintegrados a fiscalização da PRF no estado do Parana, conforme decisão judicial.

26. OPERAÇÃO ANTT (Agosto)

Operação com o objetivo de realizar fiscalização de transporte de passageiros e escolares na região de Canoinhas/SC e São Mateus/PR.

27. OPERAÇÃO AICCA (Agosto)

Operação com o objetivo de realizar fiscalização e combate ao abigeato no estado do Rio Grande do Sul.





28. OPERAÇÃO CONJUNTA COM A RECEITA FEDERAL(Agosto)

Operação em apoio as ações da inspetoria da Receita Federal do Brasil, nas regiões de Lages e Garuva, conforme ofício GAB nº 189/09/IRF/FNS/GAB, de 19 de agosto de 2009.

29. OPERAÇÃO CONJUNTA MPE-SC CIE (Setembro)

Operação conjunta com o Ministério Público/SC, no tocante a assaltos de carga na região extremo oeste de Santa Catarina.

30. OPERAÇÃO RODOVIA ALAGADA EM ARARANGUÁ (Setembro)

Operação com o objetivo de realizar no auxílio à 2ª Delegacia, nas cheias que alagaram a rodovia BR 101, nas localidades de Maracajá.

31. OPERAÇÃO AICCA II (Setembro)

Operação com o objetivo de realizar fiscalização e combate ao abigeato no estado do Rio Grande do Sul.

32. OPERAÇÃO: AICCA IX (Outubro)

Operação com o objetivo de realizar fiscalização e combate ao abigeato no estado do Rio Grande do Sul.

33. OPERAÇÃO TRANSPORTE SEGURO I (Setembro/Outubro)

Operação com o objetivo de realizar fiscalização de transporte coletivo na regional de Mafra, tendo em vista o aumento de fluxo de veículos de transporte coletivo, vindo de estados vizinhos para as festas de OUTUBRO realizadas em Santa Catarina no mês de outubro.

34. OPERAÇÃO TRANSPORTE SEGURO I – MAFRA (Outubro)

Operação de fiscalização de transporte coletivo e de cargas na regional de Mafra, tendo em vista que a partir do mês de Dezembro entrará em vigor a nova resolução da ANTT sobre o transporte rodoviário de cargas ( RNTRC ), em conjunto, fiscalizar o transporte coletivo de passageiros



principalmente os oriundos de região fronteira que passam por Mafra, segundo levantamento do NUINT. Por último, fiscalizar e coibir as infrações de trânsito e os crimes decorrentes desta operação quando verificados.

35. OPERAÇÃO: AICCA X (Novembro)

Operação com o objetivo de realizar fiscalização e combate ao abigeato no estado do Rio Grande do Sul.

36. OPERAÇÃO APOIO A RECEITA FEDERAL (Novembro)

Operação para dar apoio a Receita Federal no traslado de mercadorias de Foz do Iguaçu/PR a Florianópolis/SC.

37. OPERAÇÃO ESCOLTA PROVAS ENEM 2009 (Dezembro)

Operação com o objetivo de realizar a escolta dos veículos transportadores de provas do ENEM a serem movimentados pela Empresa Brasileira de Correios e telégrafos – ECT – no estado de Santa Catarina.

38. OPERAÇÃO “ONN VI” (Dezembro)

Padronização da atuação dos NOE’s em nível nacional e combater a criminalidade.

39. OPERAÇÃO TRANSPORTE SEGURO II - DIONISIO CERQUEIRA

Operação estabelecida pela SPF por meio da OS 039/2009 – SPF, com o objetivo de promover maior integração entre PRF's lotados em localidades diversas, assim como incrementar a fiscalização relativa a Agência Nacional de Transporte Terrestre.

O Núcleo de Operações Especiais da 8ª SRPRF/SC, no exercício de 2009, desencadeou e participou de diversas Operações Especiais de Combate ao Crime, operações estas relacionadas pelo seu maior destaque, face ao serviço cotidiano, haja vista que a regra de atuação da unidade é a realização de operações regulares, atuando isoladamente ou com outras instituições, em operações integradas ou ainda apoiando outras Regionais, os excelentes resultados podem ser melhor



observados nos quadros abaixo:

<b>FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO</b>		
Autuações CTB / P. P.	Unidade	79
Autuações ANTT	Unidade	34
Veículos Retidos	Unidade	18
Escolta/Batedor	Unidade	15
Total de acidentes	Unidade	68

<b>COMBATE AO CRIME</b>			
<b>Drogas</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Haxixe	Gramas	14276	3
Cocaína	Gramas	53550	10
Crack	Gramas	15717	10
Lança-Perfume	Frasco	10	1
Maconha	Gramas	188900	7
<b>Contrabando</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Bebida	Litro	2100	1
CD/VHS/DVD	Unidade	212250	9
Cigarro	Pacote	10664	11
Combustíveis	Litro	160	2
Equipamentos de Informática	Unidade	1823	21
Eletrônicos	Unidade	321	8
Medicamentos	Unidade	75	2
Roupas	Unidade	69	2
Perfumes	Frascos	397	2
Agrotóxicos	Gramas	677000	2
Agrotóxicos	Litros	255	2
Isqueiros	Unidades	7500	1
Pneus	Unidades	96	12
Splits	Unidades	6	1
Farinha de Trigo	Gramas	650000	1
Azeite de Oliva	Litros	108	1
Veículos	Unidades	2	2
Brinquedos	Volumes	69	15



<b>Armas</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Revolver	Unidade	7	4
Pistola	Unidade	1	1
Espingarda	Unidade	1	1
<b>Munições</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Calibre 22/32	Unidade	100	1
Calibre 38	Unidade	18	3
Calibre 6.35	Unidade	8	1
Calibre 12	Unidade	5	1
Calibre 16	Unidade	2	1
Calibre 8 mm	Unidade	7	1
<b>Carga Recuperada</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Carga Recuperada	Ocorrênc	1	1
<b>Meio-Ambiente</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Pescados	kilos	500	1
Perdizes	Unidades	670	1
<b>Detenções</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Mandado	Unidade	10	10
Tráfico de entorpecentes	Unidade	37	27
Roubo/Furto de veículos	Unidade	9	9
Contrabando/Descaminho	Unidade	12	9
Crimes de trânsito	Unidade	12	12
Crimes ambientais	Unidade	3	2
Porte Ilegal de Arma	Unidade	10	7
Lei de Telecomunicações	Unidade	7	3
Abigeato	Unidade	1	1
<b>CRIANÇA / ADOLESCENTE INFRATOR(A)</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Qtde</b>	<b>Nº Ocorr.</b>
Menores infratores	Unidade	3	3

### **b) Principais Problemas:**

O efetivo reduzido do NOE contou com apenas doze policiais durante o período, cedendo 04 ao quadro nacional de instrutores do DPRF, constantemente convocados pela COEN para ministrar cursos.





Além das operações específicas, o NOE atuou no policiamento e fiscalização na região metropolitana da capital, e constantemente foi acionada para apoiar a 1ª Delegacia – São José em atividades cotidianas, quando o efetivo local não conseguia atender a demanda de ocorrências.

Da mesma forma, cedeu policiais para apoiar delegacias com carência de efetivo, como no caso da 3ª Delegacia – Joinville, além de apoio às delegacias atingidas pelas chuvas e deslizamentos.

Apesar disto foram realizados trabalhos em conjunto com outras instituições com excelentes resultados, como Exército Brasileiro, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Receita Federal do Brasil, tanto dentro do estado, como em outras unidades da federação .

Mas, restou claro e latente o desgaste físico do efetivo devido a sobrecarga de atividades, bem como da melhoria da estrutura operacional e equipamentos, principalmente no que diz respeito as edificações e instalações físicas, em que pese a Administração já estar trabalhando para contratar as reformas iniciar as obras o exercício de 2010.

### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>PROJETO</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos</b>





	<b>processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>RICARDO DE OLIVEIRA BETAT</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>NUCAP</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### **a) Principais Resultados:**

A Ação visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Visa também a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Os principais resultados obtidos nesta ação já foram demonstrados anteriormente, quando da apresentação da ação-2524 CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL.

#### **b) Principais Problemas:**

Observaram-se como maiores óbices nesta ação, a falta de material humano para implementar os projetos a serem iniciados e os que já estão em andamento.



### c) Contratações e Parcerias:

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### d) Transferências:

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## 2. Dados Gerais da Ação - 8692 EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais</b>
<b>Descrição</b>	<b>Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>NUCAP</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

O objetivo da ação é aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo



no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais. Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

No atendimento desta atribuição, foram desenvolvidas diversas ações direcionadas ao público externo, sobre vários temas relacionados, tais como as principais causas dos acidentes de trânsito; reflexões sobre o comportamento e a violência no trânsito; legislação de trânsito, entre outros.

Conforme registrado no Sistema EDUCATRAN e detalhado no **Anexo I- RELATÓRIO DE PALESTRAS MINISTRADAS**, as atividades de educação de trânsito, o atingiram público externo superior a 60.000 pessoas que receberam informações, aulas, orientações entre outras ações.

#### b) Principais Problemas:

As maiores dificuldades enfrentadas são de pessoal treinado para ministrar palestras, viaturas em número reduzido, insuficiência de equipamentos destinados especificamente para este fim e a latente escassez de recursos humanos.

#### c) Contratações e Parcerias:

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

#### d) Transferências:

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## 2. Dados Gerais da Ação - 86A1 PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA

Tipo da Ação	Atividade
--------------	-----------





<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
<b>Descrição</b>	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Coordenador nacional da ação</b>	JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
<b>Unidades executoras</b>	NMP

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

Toda e qualquer aplicação de multa de trânsito reclama duas notificações em processo administrativo, a primeira para ciência da autuação e a segunda para ciência da penalidade imposta, que possibilita a apresentação de recurso.

Nesta linha, apresenta-se a necessidade de sistemas adequados ao processamento e arrecadação de multas aplicadas pela policia, para que não haja inutilização do serviço prestado pela



área operacional.

A atividade de fiscalização de trânsito resulta, por vezes, na autuação do usuário das rodovias federais que esteja inobservando disposição do Código de Trânsito Brasileiro, o que desencadeia uma série de procedimentos com vistas a garantir o exercício do direito à defesa e a legalidade da imposição de penalidade ao infrator.

Assim, a efetividade da sanção ao infrator consolida o duplo efeito almejado pelo legislador: o caráter punitivo e educativo. É sabido que a sensação de impunidade estimula a inobservância das regras de trânsito, motivo pelo qual a presente ação merece especial atenção.

O principal resultado alcançado foi a utilização do sistema de troca de arquivos do sistema do Registro Nacional de Infrações – RENAINF por ser muito eficaz para registro das infrações visto ter base nacional, centralizando todas as informações em um sistema único nacional para troca e envio de arquivos, baixo custo, entre várias outras melhorias, como a certeza da aplicação qualquer que seja a unidade da federação em que esteja licenciado o veículo.

Observa-se ainda como resultados positivos:

1. A efetivação do modal de troca RENAINF para os autos de infração lavrados na circunscrição da 8ª SRPRF/MJ;
2. Reuniões de Colegiado, das três JARIs e CADAs trabalhando dentro das expectativas eliminando significativamente o passivo de processos à julgar;
3. A criação de mais uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações a fim de atender em tempo hábil, de maneira eficiente os usuários que impetraram recursos contra as multas aplicadas pela PRF em Santa Catarina, mostrando como resultado imediato, a análise de todos os recursos de multas apresentados, de forma que não existem recursos pendentes de análise.

### **b) Principais Problemas:**

A principal falha ocorre na falta de policiais rodoviários federais lotados no Núcleo de Multas e Penalidades, pois haveria melhoria nos serviços e atendimento se houvesse equipe mais



significativa, sendo que os servidores policiais ficaram sobrecarregados com as inúmeras atribuições.

### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 8703 ATIVIDADE CORREICIONAL**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>CIDENOR GUERRA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>Corregedoria Regional</b>

## **3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:**

### **a) Principais Resultados:**

Entre as ações preventivas, informe-se a realização, em todas Delegacias Regionais da 8ª



SRPRF/SC, de palestras correicionais, inspeções correicionais (acompanhamento gerencial de serviço). Tais ações visam o ajustamento de conduta de servidores e desestimular ocorrência de infrações disciplinares, e, entre as atividades executadas, boa parte dos eventos não demandaram gastos com diárias ou com deslocamento de servidores.

O início do período de 2009 registrava um total de 270 procedimentos autuados.

Durante o exercício de 2009 foram autuados 92 procedimentos disciplinares, que, somados aos procedimentos que retornaram da comissão de ética ou foram desarquivados em face de fatos novos, perfazem um total de 102 novos procedimentos, conforme **Anexo II – RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES**.

Em 2009 foram encerrados 197 procedimentos, dentre os quais 162 tiveram fim em sede de juízo de admissibilidade, isto é, não chegaram a ser objeto de nomeação de comissão processante/sindicante.

Os procedimentos instaurados culminaram em 23 servidores absolvidos, 03 advertências prescritas, 05 suspensões, 02 suspensões prescritas, 06 demissões e 01 nota de culpa (servidor demitido considerado culpado por infração que daria ensejo a nova pena de demissão).

O período de 2009 encerrou-se apresentando apenas a demanda de 175 procedimentos, demonstrando o excelente desempenho da equipe.

Cabe salientar que o objetivo da ação é atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF/MJ, assegurando o cumprimento das Leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.

O produto da ação, "processos concluídos", não é o mais adequado, porque, em torno do dado, não é possível demonstrar o resultado de ações preventivas e repressivas (palestras e operações correicionais). Assim, somente foram contabilizados as denúncias apuradas e encerradas.

## **b) Principais Problemas:**

---



Dentre as muitas dificuldades enfrentadas, destacam-se a falta de recursos financeiros e a falta de servidores capacitados e desimpedidos a comporem comissões processantes e sindicantes.

### c) Contratações e Parcerias:

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### d) Transferências:

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## 2. Dados Gerais da Ação - 2C78 ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DPRF

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>LEJANDRE MONTEIRO</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SRH</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:





### a) Principais Resultados:

Além das atribuições e finalidades desta ação, foi criado através da Portaria nº 220/07 de 24 de julho de 2007, o Programa Michel Figueiredo, em março de 2009, organizado e coordenado pela Seção de Recursos Humanos – SRH, juntamente com o PROSSERV/DPRF, com a parceria do SINPRF/SC, e o voluntariado das psicólogas Maria Antonieta Brito Beck e Eliane Bastos Moreira Lima.

Foram significativas as metas atingidas no período de 2009, foi criado o Programa Michel Figueiredo, em março de 2009, organizado e coordenado pela Seção de Recursos Humanos – SRH, juntamente com este Núcleo, em consonância com o PROSSERV/DPRF, com a parceria do SINPRF/SC, e a colaboração das psicólogas Maria Antonieta Brito Beck e Eliane Bastos Moreira Lima.

Inicialmente, o “Programa Michel Figueiredo” visa, através da integração de diversas ações, “ouvir” todos os servidores da 8ª SRPRF/SC, para poder adequar e aprimorar suas propostas para o enfrentamento das problemáticas identificadas. O sucesso do programa e a sua continuidade dependem diretamente do interesse, da vontade de melhoria e do compartilhamento da responsabilidade por parte de cada servidor, porque somente com a participação de todos conquistaremos um ambiente interno mais saudável.

Como pode ser verificado na tabela abaixo, foram realizados 64 atendimentos de retorno, para melhor orientação no tratamento e na superação das dificuldades observadas; mais da metade dos servidores atendidos apresentaram distúrbios emocionais e/ou mentais (depressão, transtornos de ansiedade, interpessoais, fobias, psicoses, dependência química, entre outros), sendo que dez necessitaram de afastamento das atividades laborais para a viabilização de tratamento psiquiátrico.

Unidade	Nº de PRF's lotados	Entrevistas Iniciais	Atendimentos de Retorno	Percentual de PRF's atendidos	Percentual de PRF's doentes	Percentual de PRF's afastados
Sede	102	23	15	22,55%	69,56%	13,04%





1ª Del	98	14	03	14,28%	71,42%	35,71%
2ª Del	66	-	-	-	-	-
3ª Del	53	-	-	-	-	-
4ª Del	47	17	09	36,17%	58,82%	5,88%
5ª Del	34	13	11	38,23%	53,85%	-
6ª Del	35	17	16	48,57%	29,41%	5,88%
7ª Del	34	11	03	32,35%	63,64%	-
8ª Del	32	19	07	59,37%	31,58%	-
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>114</b>	<b>64</b>	<b>22,75%</b>	<b>53,51%</b>	<b>8,77%</b>

**Resultado parcial dos psicodiagnósticos dos PRF's avaliados no período de 27/03 a 18/09/2009 pelo Programa Michel Figueiredo.**

#### **b) Principais Problemas:**

Observaram-se como maiores óbices nesta ação, a falta de material humano para implementar os projetos a serem iniciados e os que já estão em andamento.

#### **c) Contratações e Parcerias:**

A regional contou com a parceria das psicólogas MARIA ANTONIETA BRITO BECK E ELIANE BASTOS MOREIRA LIMA, que engajaram-se ao projeto como voluntárias.

#### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## **2. Dados Gerais da Ação - 4641 PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar</b>





	<b>comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>AFRÂNIO ANDRADE</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

As publicações de atos oficiais, também constituem objeto da Ação de Publicidade de Utilidade Públicas desta regional.

Por Publicidade de Utilidade Pública conceitua-se aquela que tem como objetivo informar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, visando melhorar a sua qualidade de vida, proteger e resguardar.

Além das publicações legais registrou-se a criação de uma conta da PRF no *micro-blog "twitter.com"* em setembro/2009, com o endereço "PRF191SC", destinado a divulgar informações sobre o trabalho da instituição no Estado.

Esta iniciativa, o *twitter "PRF191SC"*, em pouco tempo se tornou o mais seguido dentre as contas da PRF, contando atualmente com 2374 seguidores, 626 a mais que o *micro-blog* da PRF/PR, e, o segundo mais seguido.

Sem dúvidas, esse resultado significativo foi alcançado em razão da grande agilidade no fluxo interno das informações e da conseqüente credibilidade obtida perante nosso grupo eclético de



seguidores.

O *twitter "PRF19ISC"* é constantemente atualizado pelo Núcleo de Comunicação Social e pela Central de Informações Operacionais.

Outro resultado positivo foi a campanha "Prevenir acidentes de trânsito é o melhor remédio", realizada em parceria com o Grupo CIMED por ocasião do Campeonato Sul-Americano de Vôlei de Clubes, entre 7 e 11 de outubro.

Outra, se deu no Desafio Internacional das Estrelas, de 27 a 29 de novembro, prova automobilística que reuniu alguns dos principais pilotos de todo o mundo. A denominação da campanha foi "Seja uma estrela no trânsito: dirija pela vida".

O projeto Boa Viagem, em parceria com a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), permitiu diariamente a PRF, a possibilidade de transmitir informações e mensagens educativas visando à prevenção de acidentes.

Em média, entre 40 e 50 emissoras de rádio localizadas nas diversas regiões do Estado transmitiam nossos programas que tinham duração de cerca de 2 minutos. O projeto foi desenvolvido nos meses de dezembro/2009, janeiro e fevereiro/2010.

#### **b) Principais Problemas:**

Carência de recursos humanos (seria importante a lotação de um servidor administrativo para dividir os trabalhos, especialmente os de natureza burocrática);

Carência de recursos financeiros para o desenvolvimento das ações de comunicação social (promoção de eventos, *clipagem* de notícias, etc);

Falta de capacitação específica;

Falta da cultura institucional quanto à importância da rápida, completa e eficiente difusão de informações e imagens.



### c) Contratações e Parcerias:

A regional não registrou nenhuma contratação para o desenvolvimento desta ação no período examinado. As parcerias foram realizadas conforme já transcrito acima: Grupo CIMED, organização do evento Desafio Internacional das Estrelas, e Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT).

### d) Transferências:

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

## 2. Dados Gerais da Ação - 2720- AÇÕES DE CARATER SIGILOSO NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>JOSEMAR MONTEIRO BARROS</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>NUINT</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

A atividade de inteligência se desenvolve nas mais diversas áreas existentes. Tendo inicialmente função de proteção do órgão e apresenta de forma a garantir a segurança e a eficácia de



operações, através de assessoria, municiando o órgão com conhecimento produzido através do levantamento de informações.

O conceito a respeito de Inteligência pode ser expresso como sendo essa atividade um processo de: identificação das necessidades de informações; coleta de dados de interesse; análise, integração, disseminação, utilização e validação do esforço.

Isso ocorre mediante o uso de metodologia peculiar, com vistas ao assessoramento do planejamento e da decisão nos órgãos e à proteção da informação crítica ou sensível.

Dentro desse objetivo, o NUINT promoveu e manteve o intercâmbio com as áreas de inteligências da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado, dando suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Federal e Estadual, executando diversas operações e desenvolvendo diversos projetos, conforme na ação 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, haja vista que trata-se de assuntos correlatos.

A Inteligência também tem a função de demandar análises a fim de possibilitar a identificação tanto de oportunidades e a implementação das políticas. Os objetivos geram efeitos em todos os níveis da sociedade, disso decorrendo a necessidade de se manter um constante fluxo de informações acuradas que podem influenciar em sua formulação e consecução.

Consiste em planejar e executar as ações em consonância com os objetivos a alcançar e em perfeita sintonia com as finalidades da Atividade. Em todas as fases, a produção da informação deve orientar-se pela utilidade, finalidade e objetivo específico da informação a ser produzida, e realizar-se com a maior precisão possível, mediante uma linguagem clara e simples.

#### **b) Principais Problemas:**

---

A principal dificuldade desta ação foi a falta de pessoal qualificado para desenvolver as atividades. Considerando que esta deficiência já é grande na atividade fim da área operacional e também na área administrativa, não se mostra diferente neste campo.

#### **c) Contratações e Parcerias:**

---





A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

#### **d) Transferências:**

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

### **I. Relação dos programas e suas principais ações - 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO**

#### **1. Dados Gerais do Programa**

<b>Tipo de programa</b>	<b>Apoio Administrativo</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Não Existe</b>
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	<b>Não Existe</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<b>Não Existe</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Governo</b>

#### **2. Dados Gerais da Ação - 2000 AÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**

<b>Tipo da Ação</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação</b>



	<b>finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>DPRF</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>ERINALDO RODRIGUES ROBERTO</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SAF</b>

### 3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

#### a) Principais Resultados:

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

Também são adquiridos na citada ação os seguintes materiais permanentes: móveis,



aparelhos e utensílios domésticos, veículos administrativos, coleções e materiais bibliográficos, peças não incorporáveis a imóveis, máquinas e equipamentos energéticos.

Essas despesas compreendem ainda os serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins) e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.

#### **b) Principais Problemas:**

---

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do Órgão.

No entanto, o limite orçamentário do Órgão, segundo o DPRF/MJ, está estagnado, o que na prática se mostra insuficiente para cobrir as despesas com o custeio, investimentos e os benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche e assistência médica). Tal restrição orçamentária inviabiliza os investimentos tão necessários ao reaparelhamento e modernização da 8ª SRPRF/SC, podendo comprometer as metas previstas no PPA 2008/2011.

#### **c) Contratações e Parcerias:**

---

A regional não registrou nenhuma contratação ou parceria para o desenvolvimento desta ação no período examinado.

#### **d) Transferências:**

---

A regional não registrou nenhuma transferência de recursos para o desenvolvimento desta ação no período examinado.



II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

PROGRAMA 1386 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

1835 Implantação dos sistemas de tecnologia da informação - NÚCLEO DE TELEMÁTICA;

8623 Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal - NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS;

8698 Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação - NÚCLEO DE TELEMÁTICA;

200c Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária – NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

2524 Capacitação do policial rodoviário federal – NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO;

2723 Policiamento ostensivo nas estradas e rodovias federais – SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO;

2816 Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal – NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA;

2b11 Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária - NÚCLEO DE TELEMÁTICA;

4290 Atividades de saúde nas rodovias federais – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS;

4526 Operações especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais – NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS;

4572 Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação - NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO;



8692 Educação de trânsito para usuários das rodovias federais - NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO;

86a1 Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela polícia – NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES;

8703 Atividade correicional - CORREGEDORIA REGIONAL

2c78 Acompanhamento psicossocial de servidores do Departamento de Polícia Rodoviária federal - SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS;

4641 Publicidade de utilidade pública - NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL;

2720- Ações de caráter sigiloso na área da segurança pública – NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA;

PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

2000 Ações de administração da unidade – SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

### **III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras**

Embora enfrentando limitação orçamentária muito aquém do necessário, a regional obteve êxito na execução de diversas ações, encerrando o período com resultados significativos.

Muitas das ações, não possuem metas estabelecidas para a regional individualmente, visto que a LOA 2009 apresenta as metas instituídas a nível nacional, fator que dificulta a análise dos resultados.

Entretanto, resta o comparativo com os exercícios anteriores, o qual demonstra avanços significativos em todas as áreas, provando que apesar das dificuldades orçamentárias e deficit de pessoal, esta administração alcançou um excelente resultado.

### **d) DESEMPENHO OPERACIONAL**

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina desenvolveu



trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

Entretanto, o desempenho operacional foi excelente, quando analisados os indicadores de desempenho estabelecidos pela Portaria 030/2009/DPRF.

Estes indicadores foram estabelecidos para mensurar o desempenho, e, representam a realidade dos números registrados, pois medem os índices proporcionalmente ao crescimento da frota nacional de veículos.

Assim sendo, na malha rodoviária federal do estado de Santa Catarina, a 8ª SRPRF/SC comemora com grande satisfação, a redução do número de acidentes com mortos, e a conseqüente redução do número de vítimas fatais no trecho sob sua jurisdição, fruto do esforço coletivo e do planejamento operacional e administrativo.

Para o período de 2010, a 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, não logrará esforços em alcançar o seu objetivo em intensificar ainda mais a fiscalização, concentrando esforços na execução do patrulhamento ostensivo, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

## **I. Evolução das receitas e despesas**

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina não possui dotação orçamentária própria, participando da descentralização orçamentária efetuado pelo DPRF, motivos pelos quais manteve seus gastos dentro da previsão orçamentária executada no período anterior.

## **II. Indicadores de desempenho**

O objetivo do PROGRAMA 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito, dessa forma o parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas foram determinados



pela Portaria 030/2009/DPRF, editada pela Direção Geral do Departamento:

- **Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais** – Número de mortes registradas na Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, expressa na seguinte fórmula:

$I_m$  = número de mortos por milhão de veículos da frota nacional: SPF

- **Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais** – Número de acidentes registrados na Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, expressa na seguinte fórmula:

$I_a$  = número de acidentes por milhão de veículos da frota nacional: SPF.

A fim de possibilitar um comparativo com os números do exercício de 2008, utilizou-se também o indicador de desempenho anterior a Portaria 030/DPRF, conforme se observa no **ANEXO III – INDICADORES DE DESEMPENHO**, neste, houve uma redução no índice de mortalidade nas rodovias federais em 2009, em comparação apurado em 2008, ou seja, de 5,57% reduziu-se para 5,16%. Essa redução se deu em razão das estratégias desenvolvidas no plano de ação.

O objetivo do **PROGRAMA 1386** é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública, tendo sido utilizado o *Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas* – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados de comunicações (TI - Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia) Fórmula de Cálculo:

Conforme planilhas apresentas no **ANEXO 1V - COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS**, observa-se o COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, como sendo igual a média resultante do total de postos adequados fisicamente, mais o total de postos adequados quanto à tecnologia da informação, mais o total de



postos adequados quanto a viaturas:

$$\text{Icaif} = (\text{pafi} + \text{pati} + \text{pavi}) = (66,67 \% + 83,33 \% + 97,92\%)/3 = \mathbf{82,64\%}$$

O indicador informa que 82,64% dos postos da 8ª SRPRF/SC estão adequados fisicamente, ou seja, ainda existem outras ações de reforma das bases operacionais que compõem a estrutura do órgão que necessitam ser executadas.

Entretanto, ao analisar os índices apresentados no período de 2007 e 2008, qual sejam de 53,70% e 71,53, respectivamente, dos postos adequados fisicamente, registra-se uma melhoria significativa, pois no exercício de 2009, passou-se ao indicador de 82,64% de adequação.

Para 2010 os esforços continuarão concentrados na busca de uma completa adequação das instalações físicas e edificações do DPRF, aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, visando propiciar condições ideais de trabalho aos servidores no desempenho de suas funções.

O objetivo do **PROGRAMA 0750** é o Apoio Administrativo, este programa é comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal, sendo que para este tipo de programa (Apoio Administrativo) não existem indicadores e metas físicas.

### III. Análise do desempenho

Em cumprimento ao Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, tem buscado diversos mecanismos para o aprimoramento da atividade finalística do órgão, ou seja, tem criado ferramentas de planejamento, execução e gerenciamento, de forma a promover a melhoria dos resultados operacionais, os serviços prestados ao público, bem como melhorar a eficiência e a eficácia de suas ações.

Busca-se com tais ferramentas fazer cada vez mais com menos recursos, atendendo aos



preceitos da Nova Administração Pública.

Naturalmente, toda a atividade operacional necessita de recursos públicos para sua consecução, por isso é integrada ao planejamento governamental (Plano Plurianual – PPA - Lei 11.653/08). O PPA estabelece metas, indicadores e produtos para as ações orçamentárias.

Portanto, cabe aos órgãos governamentais responsáveis pela execução dos citados programas estabelecer a metodologia de trabalho para o alcance dessas metas, produtos e indicadores, bem como distribuí-los às Unidades desconcentradas.

Nesse sentido, a Direção da PRF editou a Portaria 030/2010/DG no sentido de dar cumprimento aos dispositivos legais supracitados.

Com efeito, a PRF tem um papel relevante no contexto da segurança pública nacional, vez que os principais centros urbanos, passos fronteiros, portos e aeroportos são ligados por rodovias federais. Esses corredores de trânsito e transporte são palco da maior importância para o exercício do direito constitucional da livre locomoção, bem como para a movimentação de parcela significativa da riqueza nacional.

Por isso, faz-se necessário adotar iniciativas que permitam fazer de métodos que possibilitem aferir este desempenho. Naturalmente, qualquer estratégia, ferramenta ou iniciativa deve estar totalmente alinhada com a filosofia de emprego e a razão da existência da Instituição.

A portaria nº 30/DG/DPRF/2009 é o marco legal dessa iniciativa. Ela não só estabelece os Indicadores de Desempenho para as Regionais, mas também define a política da atividade finalística, tratando especificamente de dois assuntos.

Um deles é estabelecer a política da atividade finalística e outro é dar cumprimento o planejamento governamental de alto nível. O Governo Federal, por meio de suas ferramentas gerenciais (Plano Plurianual – PPA, Sistema Integrado de Planejamento - SIGPLAN), bem como os órgãos de controle (TCU e CGU, por exemplo), têm exigido dos gestores públicos o estabelecimento de metas em suas áreas finalísticas, de forma a atender aos Princípios da Eficiência, da Eficácia e da Economicidade.



O artigo 1º da Portaria 30, repassa para as Unidades Regionais da PRF Os Indicadores previstos para o programa 0663, (Segurança Pública nas Rodovias Federais) do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), bem como o produto previsto para a ação 2723 (Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais). Os Indicadores previstos para o Programa são:

Percepção de Segurança, Taxa de Variação de Acidentes e Taxa de Mortalidade. O Produto da Ação 2723 - Procedimentos de Fiscalização - foi transformado em Indicador para as Regionais.

Vale ressaltar que ao longo dos anos o DPRF tem promovido iniciativas no sentido de melhorar a gestão da atividade finalística. Podemos destacar como principais ferramentas instituídas:

SISTEMA DATATRAN – arquivo consolidado de dados de acidentes de trânsito rodoviário, de onde se extrai diversas informações, tais como locais, dias da semana e horários em que ocorreram as maiores concentrações de acidentes, adicionando-se a tais informações as causas presumíveis e os fatores que contribuíram para a ocorrência dos acidentes, propiciando a análise e estudo dos acidentes para uma ação para sair das ações reativas para as preventivas.

Essa ferramenta está sendo transformada, com a utilização de um software de inteligência gerencial, em Sistema Gerencial. Esses Sistemas foram possíveis depois da implantação de outro Sistema - o BR-Brasil, o qual permite o registro eletrônico das ocorrências.

CARTÃO-PROGRAMA DE POLICIAMENTO – ferramenta gerencial e de execução, visa dar efetividade à análise proveniente da extração de dados do Sistema Datatran, otimizando os meios já existentes nos Postos de Fiscalização. Essa ferramenta permite ao Gestor Regional programar as Equipes de Serviço de modo a dispô-las nos locais estratégicos como forma a se prevenir ocorrência de acidentes de trânsito.

PROJETO UNIDADES DE APOIO AO CIDADÃO – Unaci/Pronasci – um complexo estudo científico já aprovado e referendado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e pelo TCU – Acórdão Nº. 353, publicado no DOU em 28 de março de 2006, cujo estudo visa dar nova formatação operacional, conferindo nova metodologia de distribuição geográfica aos



Postos de Fiscalização e viaturas ao longo dos quase 66.000 quilômetros de rodovias federais.

Esses projetos por si só não são garantia de sucesso e alcance dos objetivos institucionais. Portanto, para promover a redução do alto índice de acidentalidade e mortalidade no país, sempre que necessário, deve-se alterar a forma de trabalho, a conduta do policial no trato com o público e com a coisa pública, o comportamento policial no que se refere à padronização dos procedimentos e encaminhamentos dos diversos tipos de eventos que ocorrem na rotina policial, seja na área do trânsito, seja na área do combate ao crime. Assim sendo, visando instituir uma ferramenta motivacional e gerencial, que permitisse essa mudança de conduta e do comportamento policial, na qual se pudessem agregar fatores que facilitassem a melhoria da eficiência institucional, foi instituída a Avaliação de Desempenho Operacional.

Já no início de sua implantação, essa nova metodologia demonstrou sua eficiência, pois no exercício de 2009 a PRF atingiu o Indicador Taxa de Variação de Acidentes em 294,10% e o Indicador Taxa de Mortalidade em 9,24%, alcançando e reduzindo as metas estabelecidas, prevenindo acidentes e assim salvando vidas.

Esse é o objeto mais nobre da Portaria em comento: a prevenção.

Por fim, resta destacar que a Administração desta Instituição não tem buscado outro interesse senão o zelo pela coisa pública, pois todos os investimentos recebidos pelo órgão tem de retornar ao cidadão em forma de prestação de serviço e um dos principais serviços oferecidos pela PRF é a promoção da segurança aos usuários das rodovias federais, seja combatendo o crime, seja atendendo as vítimas de acidentes, seja fiscalizando o cumprimento das normas de circulação e conduta para prevenção de acidentes.

**e) Programação Orçamentária**

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
<b>DPRF</b>	<b>30107</b>	<b>200109</b>

**I. Programação de Despesas Correntes**

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

**II. Programação de Despesas de Capital**

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

**III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência**

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

**IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional :**

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a Programação Orçamentária é feita pelo DPRF.

**V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200118	301070612207502000			1476,00
		200118	301070612806632524			1007,24
		200119	301070618106632723			7287,34
		200119	301070618106632723			487,00
		200117	301070618106638703			4046,69
		200119	301070618106638703			2234,38
	Recebidos	200109	301070612207502000	27963,37		
		200109	301070927200890181	41424,50		
		200109	301070612207502000			3242453,22





		<b>200109</b>	301070612806632524			170973,26
		<b>200109</b>	301070613106634641			8999,00
		<b>200109</b>	301070618106632B11			14976,00
		<b>200109</b>	301070618106632723			2324740,22
		<b>200109</b>	301070618106634290			21694,85
		<b>200109</b>	301070618106634526			27047,32
		<b>200109</b>	301070618106638703			145764,8
		<b>200109</b>	301070618113868623			120734
		<b>200109</b>	301070618113868698			1784420,14
		<b>200109</b>	301070618306632816			22479,89
		<b>200109</b>	301070630306632C78			29672,29
		<b>200109</b>	301070645206638692			25438,08
		<b>200094</b>	301010618114538855			244287,03
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	<b>257001</b>	369011030212208933			232446,97
		<b>393001</b>	392502612514632346			380810,99
		<b>393001</b>	392502612514632347			102656,36
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	<b>200109</b>	301070612207502000	145.472,97		
		<b>200109</b>	301070618313861835	293.742,70		
		<b>200094</b>	301010618114538855	7.928,46		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	<b>110244</b>	209281424301538798	5.540,00		



1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa:

**- justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão**

As movimentações de créditos recebidas atenderam as demandas de manutenção e gerenciamento da unidade, bem como permitiram o pagamento de diárias a servidores que auxiliaram nas operações realizadas pela 9ª SRPRF/RS e pela 7ª SRPRF/PR, e, atenderam também a implementação de investimentos tais como: aquisição de obras jurídicas; 01 veículo furgão para transporte de materiais; 05 notebooks; 01 servidor de dados; 02 nobreaks; 52 estações de trabalho; aparelhos para telecomunicação (02 placas telefonia digital e 01 de telefonia celular, 39 aparelhos telefônicos); 02 torres autoportantes para telemática.

Quanto as movimentações de créditos concedidas, ocorreu a transferências de orçamento para outras regionais do Departamento, objetivando o suprimento despesas com diárias e passagens de servidores com lotação diversa, que prestaram serviços na 8ª SRPRF/SC, em especial na área correicional, além de outras despesas com manutenção de veículos em trânsito e compra de passagem para servidor convocado pelo DPRF, durante lapso temporal de descontinuidade do contrato de passagens aéreas.

**- análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício**

Com relação as despesas correntes como serviços públicos, contratos terceirizados e demais demandas afetas a manutenção administrativa da regional, não houve impacto, face a previsão orçamentária que se manteve dentro dos moldes previstos na estimativa inicial.

Entretanto, as dificuldades mostraram-se nos certames realizados pelo DPRF, nos quais esta Regional foi incluída como participante, onde o gerenciamento e a liberação orçamentária foi efetuada pelo DPRF, sem a observância das reais prioridades desta regional.

Observa-se que o DPRF executou a gestão da aquisição de equipamentos e bens através de registros de preços, em nível nacional, determinando as prioridades também a nível nacional. Nesta



operacionalização, as decisões vieram de encontro com as reais prioridades desta regional, que obrigou-se a adquirir produtos necessários mas não essenciais, em detrimento de outras necessidades de maior urgência.

Cabe salientar ainda, a morosidade na descentralização dos recursos financeiros para o pagamento, em especial a descentralização dos recursos oriundos de órgãos externos, a serem repassados ao DPRF, por parcerias estabelecidas a nível do Departamento.

Outro fator dificultante foi a demanda apresentada na convocação de servidores para atuarem em outras regionais e no Departamento, a qual gerou um aumento significativo dos gastos com diárias, passagens, combustíveis e manutenção dos veículos utilizados em alguns deslocamentos.

Observou-se no final do exercício excesso de dotações orçamentárias não executadas, face a falta de tempo hábil, após sub-repasse financeiro, para efetivar a aquisição atendendo aos trâmites burocráticos necessários, à instrução processual e análise do controle interno.



## f) Execução Orçamentária

---

### I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

---

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a UJ não possui créditos originários.

#### 1. Despesas por Modalidade de Contratação

---

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a UJ não possui créditos originários.

#### 2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

---

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a UJ não possui créditos originários.

#### 3. Evolução de Gastos Gerais

---

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a UJ não possui créditos originários.

#### 4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

---

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a UJ não possui créditos originários.

#### 5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ :

---

Não se aplica a esta Unidade Orçamentária, visto que a UJ não possui créditos originários.



## II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

## 1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.670.328,85	6.500.405,51	6.470.199,93	6.028.980,42
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	524.856,34	581.914,25	515.369,69	487.963,50
Inexigibilidade	234.990,69	267.836,99	230.555,27	215.482,86
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	28.000,00	25.700,00	1.638,52	1.267,12
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	636.261,47	1.363.518,85	587.447,10	1.117.077,70
Outros	108.609,68	89.375,63	108.483,68	89.375,63

## 2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	31.275,26	69.388,07	31.149,26	69.388,07	0,00	0,00	31.275,26	69.388,07
1º elemento de despesa	31.275,26	69.388,07	31.149,26	69.388,07	0,00	0,00	31.275,26	69.388,07
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



<b>3- Outras Desp Correntes</b>	<b>6772859,51</b>	<b>8331883,54</b>	<b>6483632,67</b>	<b>6403561,45</b>	<b>1399073,47</b>	<b>1049528,08</b>	<b>5102816,87</b>	<b>6417407,61</b>
<b>1º elemento de despesa</b>	636.261,47	1.354.656,59	587.447,10	1.108.392,44	0,00	0,00	596.719,39	1.118.226,11
<b>2º elemento de despesa</b>	1.413.579,20	2.053.920,87	1.289.824,83	1.632.956,24	597.048,59	267.308,59	691.213,72	1.631.877,12
<b>3º elemento de despesa</b>	98.419,15	145.947,70	86.762,43	89.265,40	0,00	0,00	95.798,88	93.996,42
<b>Demais elementos do grupo</b>	4.624.599,69	4.777.358,38	4.519.598,31	3.572.947,37	802.024,88	782.219,49	3.719.084,88	3.573.307,96

### 3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	<b>1398912,26</b>	<b>427479,62</b>	<b>1398912,26</b>	<b>101401,91</b>	<b>1344088,26</b>	<b>316267,72</b>	<b>548,24</b>	<b>101401,91</b>
<b>1º elemento de despesa</b>	139.870,00	7.928,46	139.870,00	7.928,46	139.870,00	0,00	0,00	7.928,46
<b>2º elemento de despesa</b>	1.259.042,26	419.551,16	1.259.042,26	93.473,45	1.204.218,26	316.267,72	54.824,00	93.473,45
<b>3º elemento de despesa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Demais elementos do grupo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>1º elemento de despesa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2º elemento de despesa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3º elemento de despesa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Demais elementos do grupo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>1º elemento de despesa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2º elemento de despesa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3º elemento de despesa</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Demais elementos do grupo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

### 4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

#### - Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não foram registradas alterações significativas no exercício.

#### - Contingenciamento no exercício:

A exemplo do que ocorre em toda a administração do poder executivo, houveram cortes no orçamento que, por um breve período de tempo, comprometeram o cumprimento das obrigações contratuais desta administração, relativos aos contratos firmados.

Vale lembrar que sendo o corte orçamentário a nível ministerial, aí também se deu o contingenciamento que possibilitou a readequação das contas e a regularização anterior ao



fechamento do exercício.

– **Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:**

Um ponto negativo que prejudicou a execução orçamentária foi o detalhamento minucioso das naturezas de despesas, em virtude da descentralização do orçamento ao nível de subelemento, bem como a fragmentação excessiva do orçamento em diversos planos internos.

Positivamente, ressalta-se a descentralização das despesas correntes e dos contratos continuados em uma única etapa, a cada início do mês, ato que facilita sobremaneira a execução, a programação dos pagamentos dos fornecedores e o cumprimento dos prazos.

- **Outras questões relevantes:**

III. Execução Orçamentária por Programa de Governo

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1386		Denominação: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		1.953.914,62	1.238.751,58	549.548,24	1.238.751,58	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas		NACIONAL	NACIONAL	NÃO HÁ	82,64
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Observa-se o COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, como sendo igual a média resultante do total de postos adequados fisicamente, mais o total de postos adequados quanto à tecnologia da informação, mais o total de postos adequados quanto a viaturas: $Icaif = (pafi + pati + pavi)/3$						
Análise do Resultado Alcançado:						
O indicador informa que 82,64% dos postos da 8ª SRPRF/SC estão adequados fisicamente, ou seja, ainda existem outras ações de reforma das bases operacionais que compõem a estrutura do órgão que necessitam ser executadas. Entretanto, ao analisar os índices apresentados no período de 2007 e 2008, qual sejam de 53,70% e 71,53, respectivamente, dos postos adequados fisicamente, registra-se uma melhoria significativa, pois no exercício de 2009, passou-se ao indicador de						



82,64% de adequação.

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663		Denominação: SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		2.821.381,97	2.358.945,92	207.347,44	2.367.973,84	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de variação de acidentes		303,1	286,37	297,59	294,1
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Número de acidentes registrados na regional (Fonte: Coordenação Geral de Operações - Relatório Operacional Diário - Central de Operações - central.dprf@dprf.gov.br), por milhão de veículos da frota nacional (Fonte: DENATRAN).						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
O aumento de acidentes registrados no indicador de desempenho, considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração as situações adversas enfrentadas, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de mortalidade		11,85	10,58	11,37	9,24
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Número de mortes registradas na regional (Fonte: Coordenação Geral de Operações - Relatório Operacional Diário - Central de Operações - central.dprf@dprf.gov.br), por milhão de veículos da frota nacional (Fonte: DENATRAN).						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Observa-se que a regional logrou êxito em alcançar e manter a redução da taxa de mortalidade, conseguindo superar as expectativas e os índices previstos. Este êxito deu-se em razão das estratégias desenvolvidas, dos recursos aplicados e do empenho pessoal do material humano.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Percepção de segurança		70	80	73	NÃO HÁ
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
Pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais.						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Devido a diversos fatores administrativos, orçamentários e temporais, a pesquisa não foi realizada.						



Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		3.337.860,33	2.543.047,04	544.524,52	2.543.436,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	NÃO HÁ		NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não existem indicadores e metas físicas.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O Apoio Administrativo é um programa comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal, sendo que para este tipo de programa não existem metas físicas.						

## 2. Análise Crítica da execução orçamentárias por programa de governo:

### – Contingenciamento no exercício:

As operações policiais desencadeadas pelo Núcleo de Operações Especiais e os núcleos operacionais das 08 (oito) Delegacias Regionais foram dirigidas não somente na aplicação do Código Brasileiro de Trânsito, mas também ao combate aos vários tipos de crimes que ocorrem ou que se originam nas rodovias federais, tais como o roubo de cargas, roubo de veículos, resultando nos números positivos apresentados.

### – Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução dos Programas de Governo:

O percentual de aumento de acidentes registrados considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados



prolongados.

Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Todavia, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por conseqüência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);
- Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo;
- Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;
- Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito;
- Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

– **Outras questões relevantes:**

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos, etc).



## IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
06	183	1386	1835	P	4	Sistema implantado	-	Indefinido	-	-	-	-
06	181	1386	8623	A	4	Unidade reformada	-	7	-	-	-	-
06	181	1386	8698	A	4	Sistema mantido	-	Indefinido	-	-	-	-
06	181	1386	200C	A	4	Veículo adquirido	-	1	-	-	-	-
06	128	0663	2524	A	4	Servidor capacitado	-	579	-	-	-	-
06	181	0663	2723	A	3	Procedimento realizado	-	Indefinido	-	-	-	-
06	183	0663	2816	A	4	Operação realizada	-	22	-	-	-	-
06	181	0663	2B11	A	4	Equipamento mantido	-	Indefinido	-	-	-	-
06	181	0663	4290	A	4	Pessoa atendida	-	311	-	-	-	-
06	181	0663	4526	A	4	Operação realizada	-	39	-	-	-	-
14	128	0663	4572	A	4	Servidor capacitado	-	Indefinido	-	-	-	-
06	452	0663	8692	A	4	Pessoa capacitada	-	61177	-	-	-	-
06	181	0663	86A1	A	4	Multa processada	-	166514	-	-	-	-
06	181	0663	8703	A	4	Processo concluído	-	197	-	-	-	-
06	303	0663	2C78	A	4	Servidor beneficiado	-	114	-	-	-	-
06	131	0663	4641	A	4	Não há	-	Indefinido	-	-	-	-
06	183	0663	2720	A	4	Ação realizada	-	-	-	-	-	-
06	122	0750	2000	A	4	Não há	-	Indefinido	-	-	-	-

## 1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:

**- Cumprimento das metas físicas:**

As metas físicas apresentadas na LOA 2009 foram estabelecidas a nível nacional, não contemplando a meta reservada a esta regional, da mesma forma como não houve estabelecimento de metas regionais, a nível de ação, pelo DPRF.

**- Ações que apresentaram problemas de execução:**

De um modo geral, nenhuma ação em particular apresentou problemas relevantes na sua execução, cabendo salientar que as dificuldades orçamentárias e de pessoal, foram comuns à todas as ações, repercutindo de igual forma em cada uma.



**- Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

Na ação 4526 - OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS, a 8ª SRPRF/SC, no exercício de 2009, desencadeou e participou de diversas Operações Especiais de Combate ao Crime, operações estas relacionadas pelo seu maior destaque, face ao serviço cotidiano, haja vista que a regra de atuação da unidade é a realização de operações regulares, atuando isoladamente ou com outras instituições, em operações integradas ou ainda apoiando outras Regionais, os excelentes resultados são exclusivamente do empenho pessoal de cada servidor.

Na ação 8692 - EDUCACAO DE TRANSITO PARA USUARIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS, foram desenvolvidos diversos trabalhos direcionados ao público externo, sobre vários temas relacionados, tais como as principais causas dos acidentes de trânsito, reflexões sobre o comportamento e a violência no trânsito, legislação de trânsito, entre outros, onde registra-se com grande satisfação, o atingimento de um público externo superior a 60.000 pessoas que receberam informações, aulas, orientações entre outras ações.

Na ação 8703 - ATIVIDADE CORREICIONAL, registrou-se em 2009 o encerramento de 197 procedimentos, dentre os quais 162 tiveram fim em sede de juízo de admissibilidade, isto é, não chegaram a ser objeto de nomeação de comissão processante/sindicante, culminando em 23 servidores absolvidos, 03 advertências prescritas, 05 suspensões, 02 suspensões prescritas, 06 demissões e 01 nota de culpa (servidor demitido considerado culpado por infração que daria ensejo a nova pena de demissão). O produto da ação, "processos concluídos", não é o mais adequado, porque, em torno do dado, não é possível demonstrar o resultado de ações preventivas e repressivas (palestras e operações correicionais). Assim, somente foram contabilizados as denúncias apuradas e encerradas.

Na ação 2C78 - ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DPRF, conforme a planilha apresentada foram realizados 114 atendimentos e 64 atendimentos de retorno, para orientação no tratamento e na superação das dificuldades observadas; mais da metade dos servidores atendidos apresentaram distúrbios emocionais e/ou mentais (depressão, transtornos de ansiedade, interpessoais, fobias, psicoses, dependência química, entre outros), sendo que dez



---

necessitaram de afastamento das atividades laborais para a viabilização de tratamento psiquiátrico.

**- Ações Prioritárias na LDO:**

As ações possuem equivalência em suas prioridades conforme consta na LOA 2009.

**g) Indicadores Institucionais:**

– A fim de garantir a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito, dessa forma o parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas foram determinados pela Portaria 030/2009/DPRF, editada pela Direção Geral do Departamento, a qual estabeleceu os indicadores institucionais e sua mensurabilidade.



## 3. Recursos Humanos

## a) Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	511	511	1019
Próprios	511	511	1019
Requisitados	0	0	0
<b>Celetistas</b>	0	0	0
<b>Cargos de livre provimento</b>	01	01	01
Estatutários	01	01	01
Não Estatutários	0	0	0
<b>Terceirizados</b>	80	80	*
<b>Total</b>	592	592	1020

## . Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

\*Restou prejudica a análise, haja vista expectativa de concurso para área administrativa, que deverá substituir a terceirização de apoio administrativo. Sendo que na totalização de lotação efetiva e autorizada encontram-se os contratados, para vigilância, limpeza, artíficie e apoio administrativo.

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	531	33878312,37	380485,33	15818855,21	4340965,84	1740160,34
2008	519	109476877,02	747173,18	31625023,37	8487272,86	3415304,68
2009	511	211149392,14	1460591,52	62309231,57	16722858,95	6726496,11
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	0	0	0	0	0	0





2008	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	1	34321,41	0	5666,44	1259,21	9781,97		
2008	1	46653,71	0	9840,7	2606,56	7968,5		
2009	1	48504,72	0	4042,06	0	9055,6		
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007	0	0	0	0	0	0	0	
2008	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	0	0	0	0	0	0	0	
2008	0	0	0	0	0	0	0	
2009	0	0	0	0	0	0	0	
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	33	1.570.163,75	17	256.705,29	-	-	53	74.724,84
2008	33	1.559.564,59	18	274.806,61	-	-	4	8.354,66*
2009	33	1.695.430,82	18	351.384,38	-	-	0	0*

• Durante o exercício de 2008 o DPRF passou a assumir diretamente as despesas com a concessão de bolsas de estágio, sendo que o valor apresentado em 2008 refere-se apenas ao custo de 04 estagiários de nível superior que permaneceram sendo pagos pela regional nos meses de janeiro a maio de 2008. Assim sendo, a partir de junho de 2008, todas as despesas referente a concessão de bolsas de estágio, passaram ao DPRF.

#### **b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009**

Esta regional não possui terceirização da atividade de área-fim.

#### **c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

##### **– Absenteísmo :**

O controle efetivo pela seção de recursos humanos quanto a falta informada é o lançamento dos descontos cabíveis, porém são poucos os casos pois estes são gerenciados pelas chefias que administram as faltas no âmbito de suas delegacias, enviando as faltas ou compensando com escalas



extras.

– **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais :**

Não existe um número elevado de acidentes de trabalho registrados no âmbito da 8ª Superintendência , quanto as doenças ocupacionais estas serão alvo de estudo pelo Programa de saúde implantado a partir de março de 2009.

– **Perfil Etário:**

A média dos servidores ativos é de 44 anos.

– **Rotatividade (turnover):**

Aplicação aos servidores públicos é menor pois por falta de efetivo esta rotatividade não é uma prática constante, porém existe uma rotatividade muito grande nos servidores tercerizados.

– **Formação Acadêmica:**

400 servidores com nível superior.

– **Educação Continuada:**

Existe programa de capacitação dado pelo NUCAP.

– **Satisfação e Motivação:**

Este levantamento esta sendo feito a partir de agosto de 2009 com previsão de término em Dezembro de 2012 pelo programa Michel Figueiredo.

– **Disciplina:**

De acordo com estudo de necessidades e programa do NUCAP.

– **Desempenho funcional:**

Avaliado pelas chefias conforme Decreto 84.669.

– **Níveis Salariais :**

Políticas salariais do governo em relação ao subsidio e negociação sindical.





– **Demandas Trabalhistas:**

Poucas, geralmente impostas pelos sindicatos.

**d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos**

- **Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:**
- **Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:**

Estudo enviado à CGRH em 15SET2008 pelo memorando 966/NUAP, em resposta ao memorando 571/2008/CGRH			Efetivo Atual		Efetivo Mínimo Necessário	
UORG	SIGLA	ESTRUTURA	ADM	PRF	ADM	PRF
<b>470</b>	<b>GAB</b>	<b>Superintendência</b>	1	2	2	2
470		DOA – Divisão de Operações Aéreas		9	1	15
486	NUAT	Núcleo de Apoio Técnico		3	2	4
487	NUCOM	Núcleo de Comunicação Social		3	2	3
488	NUINT	Núcleo de Inteligência	1	4	3	8
<b>471</b>	<b>SPF</b>	<b>Seção de Policiamento e Fiscalização</b>	1	3	2	3
471	CIOP	Central de Informações Operacionais	3	7	3	9
471		Corpo de Motos		11	2	2
472	NOE	Núcleo de Operações Especiais	1	12	2	20
473	NMP	Núcleo de Multas e Penalidades	1	5	11	5
475	NURAM	Núcleo de Reg. e Medicina Rodoviária	2	6	3	14
476	<b>SAF</b>	<b>Seção Administrativa e Financeira</b>		3	2	1
477	NUOFI	Núcleo de Orçamento e Finanças		3	3	2
478	NUPAT	Núcleo de Patrimônio e Material	1	2	4	2
479	NUDOC	Núcleo de Documentação	1	2	4	2
480	NUSEG	Núcleo de Serviços Gerais	2	5	5	3
474	NUTEL	Núcleo de Telemática		5	4	3
483	<b>SRH</b>	<b>Seção de Recursos Humanos</b>		2	6	2
484	NUAP	Núcleo de Administração de Pessoal	1	3	5	3



485	NUCAP	Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	2		5	3
481	<b>CR</b>	<b>Corregedoria Regional</b>		4		1	6
482	NUAI	Núcleo de Assuntos Internos		2		2	3
	<b>DELSPRF</b>	<b>Delegacias de Policia Rodoviária Federal</b>					
489		1ª – São José	3	103		8	194
491		2 - Tubarão		67		5	80
493		3 - Joinville		56		8	114
495		4 - Rio do Sul		43		4	63
497		5 - Lages		34		5	63
499		6 - Mafra		36		5	63
501		7 - Joaçaba		35		5	63
503		8 - Chapecó		33		5	63
<b>TOTAIS</b>			19	505		122	837

1 – O presente estudo indica o acréscimo de 332 PRF's e 103 ADMs.

2 – O previsto para a 1ª DEL contempla o Projeto UNASCI/2 e 3ª DEL's mediante estudo estatístico para atendimento a acidentes / 4ª a 8ª DEL's = efetivo mínimo para funcionamento com 3 postos.

3 – Não estão contemplados recursos adicionais para implantação do Projeto UNASCI nas demais delegacias.

4 – RECURSOS ADICIONAIS (não contemplados no estudo acima): Mais 60 PRF's para acréscimo de mais um posto nas 1ª, 7ª e 8ª Delegacias.



#### d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos

O Estado de Santa Catarina possui uma área de 95,3 mil quilômetros quadrados, o que representa 1,1% do território nacional. A Polícia Rodoviária Federal tem como competência constitucional o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais.

Esta competência é bastante abrangente e envolve ações e atuações em várias áreas. Assim, à Polícia Rodoviária Federal compete as atribuições de polícia de trânsito nas rodovias e estradas federais, o atendimento de vítimas de acidentes de trânsito nestas vias, confeccionando o respectivo boletim de acidente de trânsito. Além disso, compete-lhe realizar estudos acerca das causas de acidentes, atuando, ainda, na educação para um trânsito mais seguro.

Por estar inserida no Sistema Nacional de Segurança Pública, consoante redação do artigo 144 da Constituição Federal, bem como por força de normas infra-constitucionais, a Polícia Rodoviária Federal atua também no combate à criminalidade, isoladamente ou em conjunto com outras forças policiais.

A PRF atua, ainda, junto com o DNIT – Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes – por força de convênio e concorrência de competência, na preservação e manutenção das faixas de domínio e áreas não edificantes; fiscaliza, também, o transporte coletivo de passageiros, seja eventual ou regular, interestadual e internacional, bem como o transporte internacional de cargas, por força de convênio com a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Para cumprir as atribuições que lhe são conferidas, além dos policiais rodoviários federais lotados na sede, delegacias e postos da Polícia Rodoviária Federal, a instituição foi compelida a criar grupos especiais especializados, para melhor cumprir suas missões. A sociedade e os avanços tecnológicos exigem uma polícia moderna, especializada, com grupos de pronto emprego. Por tais razões foram criados grupos e áreas de estudos como a Divisão de Operações Aéreas, os Núcleos de Inteligência, os Núcleos de Operações Especiais, as Centrais de Informações Operacionais, os Corpos de Motociclistas e várias comissões.

Além disso, o novo Código de Trânsito Brasileiro, em decorrência dos princípios



constitucionais da ampla defesa e contraditório, exige que todos os processos de penalização de usuários sejam precedidos do devido processo legal, sendo os recursos analisados pelas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, as quais são integradas por representantes da sociedade e da Polícia Rodoviária Federal.

Outros servidores são nomeados para integrarem comissões disciplinares, de leilão de viaturas e veículos apreendidos, de educação para o trânsito, de licitação, de recebimento de obras e compras, etc, os quais acabam deixando de se dedicar integralmente às suas atividades básicas.

Estas informações são relevantes para se estimar o efetivo ideal de servidores lotados na PRF/SC a fim de cumprirem as atribuições que lhe são impostas, levando-se em conta as suas peculiaridades, dentre as quais destaca-se o elevado número de acidentes e vítimas.

Quanto aos planos de capacitação do quadro de recursos humanos, há que se considerar, que em 2002 foram construídas 04 centros de formação de policiais rodoviários federais, os quais funcionam na formação de novos policiais e na reciclagem dos demais.

A partir de 2004, praticamente todos os instrutores dos centros de formação, sobretudo nos cursos para novos policiais, são servidores do quadro da Polícia Rodoviária Federal.

Logicamente que isso significa uma economia para os cofres públicos e um melhor nível dos servidores instrutores, mas isso também significa que teremos servidores afastados de suas atividades para ministrar instruções, tanto nos cursos de formação quanto em outros cursos de reciclagem, inclusive para outras instituições.

Hoje, em Santa Catarina, 42 PRF's (8%) são instrutores do quadro do DPRF/MJ.

Não houve a implantação de Planos demissionais no âmbito desta regional.

Considerando que a terceirização ocorre apenas no apoio administrativo da atividade meio, não existem impactos diretos na produtividade da regional.

Política remuneratória da UJ, segundo estudos efetuados pelo DIEESE (<http://www.dieese.org.br/cedoc/025410.pdf>), baseia-se na reestruturação do Plano Especial de



Cargos da Polícia Rodoviária Federal e abrange a alteração da Tabela de Vencimento Básico, com efeitos a partir de 1º de março de 2008, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal – GDATPRF, da Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Rodoviária Federal - GEAAPRF, devida somente aos servidores de nível auxiliar, e da Gratificação Temporária de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal - GTEMPPRF, devida somente aos servidores de nível intermediário e superior.

A GTEMPPRF foi extinta em 31 de dezembro de 2008, quando seu valor foi incorporado ao vencimento básico dos cargos de provimento efetivo de nível intermediário e superior. Deixam de compor a remuneração dos cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal a Vantagem Pecuniária Individual – VPI e a Gratificação de Atividade Executiva - GAE, cujo valor ficam incorporado ao Vencimento Básico; a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002; e a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial Rodoviária Federal - GEAPRF, instituída pelo art. 12 da Lei nº 11.095, de 2005.

Em suma, em que pese a grande demanda de pessoal para execução das atividades essenciais, considera-se a nível desta regional, o cumprimento integral do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor, para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública.

**5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
...	...	...	...	...
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	2.743.161,73	36.788,32	2.508.296,59	198.076,82
2007	3.764,00	3.764,00	0,00	0,00
...	...	...	...	...
<b>Observações:</b>				

**I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios :****- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício:**

O fato da inscrição de um valor considerável em restos a pagar, no exercício de 2008, afetou os recursos de 2009, levando a Unidade a priorizar os Restos à Pagar em detrimento aos pagamentos do exercício corrente e gerando atrasos nos pagamentos, acarretando grande insatisfação por parte dos fornecedores.

**- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro:**

Os empenhos (07NE900868 e 2007NE901097) visavam quitar os licenciamentos e seguros obrigatórios de veículos transferidos de outras Unidades.

Entretanto, a transferência de propriedade no exercício de 2007, ficou impossibilitada devido as pendências que os veículos apresentavam junto ao DETRAN, motivos pelos quais os Restos a Pagar permaneceram inscritos em 2008 aguardando as regularizações.

Transcorrido todo o exercício de 2008, essas pendências não foram resolvidas e os pagamentos não foram efetuados, de forma que os RAP de 2007 permaneceram no final do exercício de 2008, sendo o entendimento desta administração que o sistema os baixaria



automaticamente.

No início do exercício de 2009, verificou-se que o sistema não cancelou automaticamente os restos a pagar do exercício 2007 como era esperado, sendo assim, cancelados por ato desta administração.

**- A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto:**

O exercício de 2009 encerrou-se sem registros de restos a pagar de exercícios anteriores a 2008.

**- Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP:**

A morosidade na descentralização dos recursos financeiros para o pagamento dos restos a pagar foi a principal dificuldade observada na gestão, em especial a descentralização dos recursos oriundos de órgãos externos, a serem repassados ao DPRF, por parcerias estabelecidas a nível do Departamento.

**- Outras questões relevantes:**

Não se registrou a ocorrência de questões relevantes.

**6. Transferências**

Não aplicável à unidade no exercício de 2009.



## 11. Deliberações dos Órgãos de Controle

### a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

<b>1. Número de relatório</b>	Solicitação de Auditoria nº 217482/02/CGU
<b>2. Descrição da Recomendação</b>	Solicitação de manifestação quanto às constatações levantadas durante os trabalhos de auditoria de acompanhamento realizados: 1. Compartilhamento de talonários sem registro; 2. Insuficiência de equipamentos para a realização de fiscalização.
<b>3. Setor responsável pela implementação</b>	Núcleo de Multas e Penalidades
<b>4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)</b>	Expedição do ofício 1740/2009/GAB/8ªSRPRF/SC informando: 1. Centralização do controle e distribuição de autos de infração, na Coordenação Geral de Operações, onde esta em implantação, já na homologação, um sistema informatização completo e eficaz para tal. 2. A insuficiência de equipamentos foi suprida em decorrência da recente distribuição de equipamentos promovida pelo Ministério da Justiça.

### b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Não existem deliberações do TCU para o período.



12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTROS NO SISAC Quantidade</b>
<b>Admissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Desligamento</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>Aposentadoria</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Pensão</b>	<b>12</b>	<b>12</b>



13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

<b>DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SC		200125	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Florianópolis-SC	<b>Data</b>	22 de março de 2010
<b>Responsável</b>	NADJA CLAUDIA LOPEZ VIANNA	<b>Função</b>	Chefe da SAF

14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

Não se registrou a ocorrência de questões relevantes.



## B- Informações Contábeis da Gestão

## 1. Declaração do contador responsável

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>DECLARAÇÃO COM RESSALVA</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SC		200125	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>● O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>● A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	04 de março de 2010
<b>Contador Responsável</b>	José Carlos Gomes	<b>CRC nº</b>	DF 9.261/O-7

## 5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

## ANEXO 1 – RELAÇÃO DE PALESTRAS MINISTRADAS

MES	INICIO	TEMA	TIPO	LOCAL	PUBLICO	QUANT
março	16/03/09	Segurança no Trânsito	Palestra	Thyssenkroup Elevadores - Florianópolis/SC	funcionários	13
março	17/03/09	Segurança no Trânsito	Palestra	Thyssenkroup Elevadores - Florianópolis/SC	funcionários	17
abril	15/04/09	Prevenção de acidentes de trânsito	Palestra	Base Aérea de Florianópolis/SC.	Militares	350
março	21/03/09	Apresentação Organograma e atribuições da PRF, legislação de produtos perigosos e esclarecimentos diversos	Palestra	Empresa Tucano Obras e Serviços Ltda - Chapacó/SC.	Motoristas e auxiliares administrativos.	20
março	31/03/09	Responsabilidade social e a segurança no trânsito na preservação da vida	Palestra	Semana de preservação da vida - Perdigão SA - Lages/SC.	Colaboradores (operacionais e administrativo) da indústria de alimentos.	33
março	31/03/09	Responsabilidade social e a segurança no trânsito na preservação da vida	Palestra	Semana de preservação da vida - Perdigão SA - Lages/SC.	Colaboradores (operacionais e administrativo) da indústria de alimentos.	71
fevereiro	27/02/09	Percepção de risco no trânsito, fatores de risco na condução de motocicletas, principais infrações e causas de acidentes	Palestra	Empresa Sadia S/A – Joaçaba/SC.	Colaboradores da empresa Sadia.	35
fevereiro	27/02/09	Percepção de risco no trânsito, fatores de risco na condução de motocicletas, principais infrações e causas de acidentes	Palestra	Empresa Sadia S/A – Joaçaba/SC.	Colaboradores da empresa Sadia.	28
fevereiro	27/02/09	Percepção de risco no trânsito, fatores de risco na condução de motocicletas, principais infrações e causas de acidentes	Palestra	Empresa Sadia S/A – Joaçaba/SC.	Colaboradores da empresa Sadia.	49
março	25/03/09	Embriagues, importância de medidas preventivas	Palestra	Kthalinas Lingerie - Rio do Sul/SC.	Funcionários da empresa.	30
março	11/03/09	Segurança no trânsito	Palestra	Auto Viação Catarinense Ltda - Florianópolis/SC.	Motoristas da empresa.	24
abril	16/04/09	Acidentes no Trânsito	Palestra	align=justify>Alliance One Ltda Indústria Fumageira - Tubarão/SC.</P>	Funcionários da empresa.	70
abril	14/04/09	Acidentes, Causas e forma de prevenção	Palestra	Empresa Bellota Brasil LTDA – em Indaial - SC.	Funcionários da empresa.	100
abril	14/04/09	Acidentes, Causas e forma de prevenção	Palestra	Empresa Bellota Brasil LTDA – em Indaial - SC.	Funcionários da empresa.	100
maio	14/05/09	Importancia da Educação de Transito nas escolas, para professores multiplicadores.	Palestra	SIMPROEL-Sindicato dos Professores de Lages.Lages -SC - 5ª DEL <P>&nbsp;</P>	Professores da rede municipal, estadual e particular.	35
maio	19/05/09	Direção Defensiva	Palestra	Empresa NET - Florianópolis	Funcionários da empresa	55
maio	13/05/09	Segurança no trânsito	Palestra	align=justify>EEB Cordilheira Alta - Rua Luiz Ranzan, 130 – Cordilheira Alta - SC - 8ª DEL</P>	Alunos da 1ª série – Ensino Médio	66

maio	15/05/09	Segurança no trânsito	Palestra	EEB Cordilheira Alta - Rua Luiz Ranzan, 130 - Cordilheira Alta - SC - 8ª DEL	Alunos da 2ª série - Ensino Médio	42
maio	19/05/09	Segurança no trânsito	Palestra	EEB Cordilheira Alta - Rua Luiz Ranzan, 130 - Cordilheira Alta - SC - 8ª DEL	Alunos da 3ª série - Ensino Médio	45
maio	23/04/09	Segurança no trânsito	Palestra	EEB Alecio Alexandre Cella - Bairro Trevo - Chapecó - SC - 8ª DEL	Alunos da 1ª, 2 e 4ª séries - Ensino Fundamenta	51
maio	23/04/09	Apresentação e atribuições da PRF e Segurança no trânsito	Palestra	EEB Alecio Alexandre Cella - Bairro Trevo - Chapecó - SC - 8ª DEL	Alunos da 5ª e 6ª séries - Ensino Fundamental	46
maio	23/04/09	Apresentação e atribuições da PRF e Segurança no trânsito	Palestra	EEB Alecio Alexandre Cella - Bairro Trevo - Chapecó - SC - 8ª DEL	Alunos da 6ª, 7ª e 8ª séries - Ensino Fundamental	83
maio	23/04/09	Segurança no trânsito	Palestra	EEB Alecio Alexandre Cella - Bairro Trevo - Chapecó - SC - 8ª DEL	Alunos da 3ª e 4ª série - Ensino Fundamental	36
abril	28/04/09	Humanização do trânsito - Sua responsabilidade	Palestra	Empresa - Araquari - Febratec - 3ª DEL	Funcionários da empresa	25
abril	28/04/09	Humanização do trânsito - Sua responsabilidade	Palestra	Empresa - Araquari - Febratec - 3ª DEL	Funcionários da empresa	22
abril	28/04/09	Humanização do trânsito - Sua responsabilidade	Palestra	Empresa - Araquari - Febratec - 3ª DEL	Funcionários da empresa	28
maio	30/05/09	Segurança no trânsito	Palestra	Transportes Ludovico Tozzo, em Cordilheira Alta/SC	Motoristas profissionais	80
maio	30/05/09	Ética, direção defensiva, infrações de trânsito	Palestra	Prefeitura Municipal de Canoinhas/SC	Funcionários públicos municipais	93
junho	05/06/09	Direção defensiva	Palestra	Palestra ministrada na empresa Nacional Gás, em Itajaí/SC, para aproximadamente 30 funcionários.	Funcionários da empresa Nacional Gás, inclusive vendedores e motoristas.	30
junho	05/06/09	Acidentes: causas e mudança de comportamento	Palestra	Tabacos Ltda, telefone (47) 3525-0281, em Rio do Sul/SC. <P>Responsável na empresa: Sr. Licenio André Gabe</P> <P>Palestrante: Inspetor Manoel Fernandes Bitencourt, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC</P>	Funcionários da empresa e motoristas. autônomos.	45
junho	17/06/09	direção defensiva	Palestra	Florianópolis/SC. Palestra ministrada pelo Insp. Robson.	Motoristas profissionais de ônibus da empresa Viação Catarinense.	18
junho	18/06/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Laticínio Do Vale, em Palhoça, Grande Florianópolis/SC. Palestra ministrada durante a SIPAT da empresa. Foi dado ênfase para os riscos de acidentes com motocicletas.</P>	Funcionários da empresa, inclusive técnicos de segurança do trabalho	36

junho	22/06/09	Segurança no trânsito	Palestra	<P>Empresa Sadia, em Faxinal dos Guedes/SC</P><P>Palestra ministrada pela PRF Sandra Inês</P><P>Sala de recreação da empresa Intelbrás, em Palhoça, na Grande Florianópolis/SC</P><P>Exposição com apresentação de filmes e orientações das 11h às 15h</P><P>Distribuição de folders aos funcionários</P>	Motoristas e funcionários da empresa Sadia	75
junho	17/06/09	Percepção de riscos no trânsito	Exposição	FRIGORÍFICO AURORA, BR 282, Km 601 - Maravilha - SC Palestra realizada das 14:00 às 16:45 horas, pela PRF Sandra Inês Maldaner Muxfeldt, lotada na 8ª Delegacia - Chapecó/SC. 	Funcionários da empresa	800
junho	27/06/09	Segurança no Trânsito	Palestra	Lavanderia Cristal,&nbsp;&nbsp;&nbsp;localizada na região da &nbsp;&nbsp;&nbsp;4ª DEL - Rio do Sul/SC, pelos PRFs&nbsp;&nbsp;&nbsp;M.Fernandes e Sonia Oneide.	Motoristas	20
junho	10/07/09	exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais	Palestra	Empresa Raupp Transportes, em Palhoça/SC, ministrada pelo PRF Graziano, das 10 às 11h30.	Funcionários da empresa, sobretudo motoristas	51
junho	10/07/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa de transporte de coleta de lixo Pró-Ativa Meio Ambiente, em Palhoça/SC.</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, das 16 às 17h30.</P>	Funcionários da empresa, sobretudo motoristas.	40
junho	05/07/09	Acidentes , Causas e forma de prevenção	Palestra	BR 101, região sul do Estado de Santa Catarina, especificamente na área de atuação da Delegacia de Tubarão (postos de Tubarão e Paulo Lopes). Além dos policiais do posto, houve a participação de 6 PRF's da sede e 1ª Delegacia.	Motoristas e passageiros que transitavam na BR 101, na região de Tubarão/SC.	600
junho	01/07/09	Como reduzir acidentes de trânsito	Comando Educativo	Região norte do Estado de Santa Catarina, mais especificamente na área da delegacia de Joinville (postos de Pirabeiraba, Guaramirim, São Francisco do Sul e Barra Velha). Além dos policiais do posto, houve a participação de 06 policiais da sede, 1ª, 2ª e	Motoristas e passageiros que transitavam nas rodovias federais BR 101 e BR 280, na região de Joinville/SC.	1400

julho	14/07/09	Como reduzir acidentes de trânsito	Comando Educativo	rodovias BR 116 (Posto de Capão Alto e Posto de Ponte Alta) e BR 282 (São José do Cerrito). Além dos policiais do posto, houve o deslocamento de 5 PRF's para os locais. Usamos a técnica do cinema rodoviário nos postos d	Motoristas e passageiros de veículos que transitavam por estas rodovias.	1200
julho	17/07/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa Reivax, filial em Palhoça, na Grande Florianópolis/SC.</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, das 10 às 11h45.</P>	Funcionários da empresa, sendo grande parte motociclistas.	34
julho	11/07/09	Segurança no trânsito	Palestra	Empresa ACB Bebidas de Chapecó, oeste de Santa Catarina. Palestra ministrada com ênfase para motociclistas pela PRF Sandra Inês, das 9 às 11 horas.	Supervisores, vendedores da empresa.	35
julho	13/07/09	Segurança no trânsito	Palestra	Empresa ACB Bebidas de Chapecó, oeste de Santa Catarina. Palestra ministrada pela PRF Sandra Inês, das 8h45 às 10h15.	Motoristas profissionais	50
julho	13/07/09	Trânsito	Palestra	<P>Empresa Pública CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Santa Catarina, em Rio do Sul/SC.</P><P>Palestra ministrada pelos PRF's Sonia Oneide e Silva Pereira, das 13h45 às 15h45.</P>	Funcionários da CIDASC.	28
julho	24/07/09	Lei seca e outras orientações	Exposição	<P>Porto de Navegantes/Santa Catarina, no Dia do Motorista.</P><P>Presentes os PRFs Kietzer e Melati, ambos lotados na delegacia de Rio do Sul/SC. Permaneceram no local e das 9 às 18 horas.</P>	Caminhoneiros usuários do sistema de transporte para o Porto de Navegantes/SC	800
agosto	05/08/09	Acidentes: causas e formas de prevenção	Palestra	<P>Empresa de ônibus Catarinense, em Florianópolis/SC.</P><P>Palestra ministrada pelos PRFs Manoel Fernandes e Rodrigo Pereira, ambos lotados na delegacia de Rio do Sul/SC. Palestra das 14 às 16 horas.</P>	Motoristas rodoviários de ônibus	26

agosto	06/08/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) – Rua Coronel Passos Maia, 691, 4º Andar, Edifício Bortoluzzi – Xanxerê - SC</P> <P>Palestra ministrada pela PRF Sandra Inês, lotada na delegacia de Chapecó/SC, das 14 às 16h15	Funcionários da empresa	20
julho	28/07/09	Segurança no trânsito	Palestra	<P>Laticínios Cordilat Ltda, BR 282, Km 531, Cordilheira Alta/SC, oeste catarinense.</P> <P>Palestra ministrada pela PRF Sandra Inês, lotada na delegacia de Chapecó/SC, das 14h às 15h45.</P>	Funcionários da empresa.	20
agosto	18/08/09	Trânsito: Ausência do espírito comunitário e caráter individualista	Palestra	<P>Empresa Formus, Praça Getúlio Vargas, 340, centro - Florianópolis/SC</P> <P>Empresa ministrada pelo PRF Graziano, das 8h30 às 10h</P>	Funcionários da empresa	14
agosto	13/08/09	Biomecânica do trauma - ênfase para riscos de acidentes de trânsito	Palestra	Educação - Camboriú/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo Instrutor Nériton, das 19 às 23 horas&nbsp;</P> <P>Ênfase para a necessidade de mudança de comportamento por parte de motoristas, passageiros, pedestres e motociclistas no tr	Alunos do curso de formação de socorrista básico	20
agosto	20/08/09	Direção defensiva	Palestra	<P>CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário, em Chapecó/SC</P> <P>Palestra ministrada pela PRF Sandra Inês, lotada na delegacia de Chapecó/SC</P> <P>&nbsp;</P>	Funcionários, veterinários e agrônomos	35
agosto	21/08/09	Trânsito: Ausência do espírito comunitário e caráter individualista	Palestra	<P>Empresa FORMUS, Rua 3000, sala 05, centro, Balneário Camboriú/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, das 8h30 às 10h</P>	Funcionários da empresa	10
agosto	22/08/09	Acidentes: causas e formas de prevenção	Palestra	moda íntima, em Rio do Sul/SC</P> <P>Palestra ministrada das 8h30 às 10h pelos PRFs M. Fernandes e Sônia Oneie, ambos lotados na 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC</P>	Funcionários da empresa	75

agosto	19/08/09	Humanização do trânsito	Palestra	<P>Empresa Formus, Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Feuser e Simão, às 9 horas</P>	Funcionários da empresa	10
agosto	20/08/09	Humanização do trânsito	Palestra	<P>Empresa Mannes Colchões, em Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Feuser e Simão, ambos lotados na 3ª Delegacia - Joinville/SC,</P> <P>às 5 horas da manhã - duração de 40 minutos</P>	Funcionários da empresa	30
agosto	20/08/09	Humanização do trânsito	Palestra	<P>Empresa Mannes Colchões, em Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Feuser e Simão, ambos lotados na 3ª Delegacia - Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada às 5h40 da manhã, com duração de 40 minutos</P>	Funcionários da empresa	25
agosto	20/08/09	Humanização do trânsito	Palestra	<P>Empresa Mannes Colchões, em JoinvilleSC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Feuser e Simão, ambos lotados na 3ª Delegacia - Joinville/SC</P> <P>Palestra às 15 horas, com duração de 40 minutos</P>	Funcionários da empresa	35
setembro	04/09/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa Mondiana Plásticos, em Biguaçu/SC, na Grande Florianópolis/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, lotado no NUCAP/SC, das 7 às 8 horas da manhã</P>	Funcionários da empresa	30
setembro	04/09/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa Mondiana Plásticos, em Biguaçu/SC, na Grande Florianópolis/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, lotado no NUCAP/SC, das 14 às 15 horas</P>	Funcionários da empresa	25

setembro	04/09/09	Direção defensiva	Palestra	Empresa Mondiana Plásticos, em Biguaçu/SC, na Grande Florianópolis/SC <P class=western>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, lotado no NUCAP/SC, das&nbsp;15 às&nbsp;16 horas</P>	Funcionários da empresa	19
setembro	03/09/09	Acidentes, causas e formas de prevenção	Palestra	<P>Malharia Brandili, em Apiúna/SC, vale do Itajaí</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Silva Pereira e Sonia Oneide, das 10 às 11 horas</P>	Funcionários da empresa	150
setembro	03/09/09	Acidentes, causas e formas de prevenção	Palestra	<P>Malharia Brandili, em Apiúna, Vale do Itajaí/SC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Silva Pereira e Sonia Oneide das 11 às 12 horas.</P>	Funcionários da empresa	150
setembro	03/09/09	Acidentes, causas e formas de prevenção	Palestra	<P>Malharia Brandili, em Apiúna/SC, Vale do Itajaí</P> <P>Palestra ministrada das 14 às 15 horas&nbsp;pelos PRFs Silva Pereira e Sonia Oneide, ambos lotados na delegacia de Rio do Sul/SC.</P>	Funcionários da empresa	150
setembro	03/09/09	Acidentes, causas e formas de prevenção	Palestra	<P>Malharia Brandili, em Apiúna/SC, Vale do Itajaí/SC</P> <P>Palestra ministrada das 15 às 16 horas pelos PRFs Silva Pereira e Sonia Oneide, ambos lotados na delegacia de Rio do Sul/SC</P>	Funcionários da empresa	150
agosto	27/08/09	Biomecânica do trauma - ênfase para riscos de acidentes	Palestra	<P>Escola de Bombeiros Voluntários de Indaial/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Nériton, lotado no NURAM/SC, das 19 às 23h30, em Indaial/SC</P>	Alunos do curso de formação de socorrista básico	25
setembro	14/09/09	Educação e humanização no trânsito	Palestra	Eletronica Ltda, em Rio do Sul/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Manoel Fernandes, lotado na 4ª Delegacia/Rio do Sul/SC, no Vale do Itajaí, das 16h30 às 17h30.</P>	Funcionários da empresa	60

setembro	16/09/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa Cerumaq Indústria Máquina Ltda., em Rio do Sul/SC.</P><P>Palestra ministrada pelos PRFs Manoel Fernandes e Silva Pereira, lotados na 4ª Delegacia/Rio do Sul/SC, das 16h30 às 17h30</P>	Funcionários da empresa	28
setembro	19/09/09	Educação no trânsito	Exposição	<P>Centro de Eventos de Rio do Sul/SC</P><P>Exposição de fotos de acidentes e equipamentos, distribuição de folders e orientações. O PRF M. Fernandes permaneceu no local das 14 às 22 horas.</P>	Visitantes e expositores	5000
setembro	20/09/09	Educação no trânsito	Exposição	<P>Centro de eventos de Rio do Sul/SC</P><P>Participação da PRF com exposição de fotos e equipamentos, distribuição de folders e orientações pelo PRF Kaufmann, lotado na 4ª Delegacia/Rio do Sul/SC</P>	Visitantes e expositores	5000
setembro	22/09/09	A educação no trânsito	Comando Educativo	<P>Rodovia Estadual SC 401, no posto da Polícia Militar Rodoviária de Ratonos, Florianópolis/SC</P><P>Ação em conjunto com a PM/SC, SEST/SENAT, Guarda Municipal de Florianópolis e Polícia Rodoviária Federal</P><P>Evento das 14 às 16 horas, com distrib</P>	Usuários da rodovia estadual, sobretudo motoristas de automóveis	680
setembro	16/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Buss Car, em Rio Negrinho/SC</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, das 7h às 8h30</P>	Funcionários da empresa	120
setembro	15/09/09	A educação no trânsito	Comando Educativo	Delegacia - Mafra/SC; foram realizados comandos educativos no posto de fiscalização da Secretaria da Fazenda Estadual de Mafra/SC e nos postos da PRF de Rio Negrinho/SC e Santa Cecília/SC.</P><P>Participaram dos comandos educativos os PR</P>	Usuários das rodovias federais - BRs 280 e 116, dando-se ênfase ao uso do cinto no banco traseiro	1500

setembro	23/09/09	A educação no trânsito	Comando Educativo	<p>&lt;P&gt;Av. Central de Coqueiros, Florianópolis/SC, das 14 às 15h30.&lt;/P&gt;</p> <p>&lt;P&gt;Comando educativo em conjunto com a Polícia Militar, Guarda Municipal de Florianópolis e SEST/SENAT.</p> <p>Participação dos PRFs Robson e Graziano.&lt;/P&gt;</p> <p>&lt;P&gt;Distribuição de 650 kits com mate</p>	Usuários da via.	650
setembro	22/09/09	Aspectos jurídicos da Lei Seca	Palestra	<p>&lt;P&gt;Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI, em Tijucas/SC, das 19h30 às 20h30&lt;/P&gt;</p> <p>&lt;P&gt;Palestra ministrada pelo PRF Graziano em seminário organizado pelos formandos do curso de Direito&lt;/P&gt;</p>	Estudantes e Professores do curso de Direito	85
setembro	24/09/09	A educação no trânsito	Comando Educativo	<p>&lt;P&gt;Posto da PRF de Biguaçu, na Grande Florianópolis/SC, na BR 101&lt;/P&gt;</p> <p>&lt;P&gt;Participação de vários órgãos ligados ao sistema trânsito (SEST/SENAT, Guardas Municipais); comando educativo em conjunto, alusivo à Semana Nacional do Trânsito.</p> <p>Distribuição de 800</p>	Usuários da BR 101, na Grande Florianópolis/SC.	800
setembro	25/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<p>&lt;P&gt;CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina - Administração Central, em Florianópolis/SC.&lt;/P&gt;</p> <p>&lt;P&gt;Palestra para 65 funcionários no local e transmitida ao vivo também para 12 escritórios regionais.</p> <p>Palestra ministrada pelos PRFs Graziano e Emilso</p>	Funcionários da empresa	100
setembro	24/09/09	A educação no trânsito	Comando Educativo	<p>&lt;P&gt;Posto da PRF de Rio do Sul/SC, BR 470&lt;/P&gt;</p> <p>&lt;P&gt;Comando da PRF da 4ª Delegacia/Rio do Sul, em conjunto com Conselho Tutelar e Ministério Público, das 10 às 11h30&lt;/P&gt;</p>	Usuários da BR 470	200
setembro	24/09/09	A educação no trânsito	Comando Educativo	<p>&lt;P&gt;Posto da PRF de Blumenau/SC, na BR 470&lt;/P&gt;</p> <p>&lt;P&gt;Comando da PRF em conjunto com Conselho Tutelar e Ministério Público Estadual.&lt;/P&gt;</p>	Usuários da rodovia BR 470, em Blumenau/SC	150

setembro	24/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Faculdade Instituto de Educação Vale do Itajaí - FAMESUL, em Rio do Sul/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo Insp. Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, em conjunto com uma psicóloga do DETRAN/SC, das 19h30 às 20h30</P>	Estudantes de nível superior de Administração	55
setembro	28/09/09	A educação no trânsito	Palestra	de Educação de Rio do Sul/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo Insp. Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, com participação de uma psicóloga do DETRAN/SC e a Delegada Regional da Polícia Civil</P> <P>Curso para f	Professores da rede municipal de ensino de Rio do Sul/SC	10
setembro	14/09/09	Trânsito humanizado	Palestra	<P>Transportadora Transpanex, em Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Simão, lotado na 3ª &nbsp;Delegacia&nbsp;- Joinville/SC, das 8 às 9 horas</P>	Funcionários administrativos e motoristas	13
setembro	24/09/09	Trânsito, família e drogas	Palestra	<P>Pastoral Antialcoólica - Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, em Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Simão, lotado na 3ª Delegacia - Joinville/SC, das 20 às 21 horas</P>	Adultos e jovens da Igreja	50
outubro	03/10/09	Trânsito humanizado	Palestra	Sardagna, em Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Simão e Feuser, ambos lotados na 3ª Delegacia - Joinville/SC, das 9 às 10 horas</P>	Funcionários da empresa	45
outubro	01/10/09	Educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Zanela Engenharia e Indústria de Máquinas Ltda, em Rio do Sul/SC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Manoel Fernandes e Silva Pereira, ambos lotados na 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, das 7h30 às 8h30</P>	Funcionários da empresa	85
setembro	23/09/09	A educação no trânsito	Palestra	Andreolli, em São José/SC, na Grande Florianópolis</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Leandro, chefe do NUCOM/SC, das 14 às 17h</P>	Alunos do 2º e 3º ano do ensino fundamental, num total de 5 turmas	120

setembro	30/09/09	Respeito às leis de trânsito	Comando Educativo	de Santa Catarina. Distribuição de 1350 folders educativos, fiscalização e autuação de 124 motoristas. Prisão de um motorista embriagado e apreensão de 1248 latas de red bull contrabandeados do Paraguai.</P> <P>Co	Usuários das rodovias fiscalizadas no oeste catarinense.	1350
outubro	05/10/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa Orium Comercial, em São José/SC, na Grande Florianópolis</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, das 14 às 15h</P>	Funcionários da empresa	26
outubro	05/10/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa Orium Comercial, em São José/SC, na Grande Florianópolis/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, das 15 às 16h</P>	Funcionários da empresa	24
outubro	06/10/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Estaleiro Schaefer Iates, em Palhoça/SC, na Grande Florianópolis</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano</P>	Funcionários da empresa	100
setembro	18/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Colégio Estadual Irmã Wienfrida, em Catandavas/SC, meio-oeste catarinense</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 20 às 22h</P>	Alunos do 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio	150
setembro	25/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Perdigão, em Catanduvras/SC, meio-oeste catarinense</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 19 às 22h</P>	Funcionários da empresa	50
outubro	07/10/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa de Ônibus Catarinense, em Florianópolis/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Robson, das 14 às 16h, lotado na SPF, em Florianópolis/SC</P>	Motoristas profissionais de ônibus	22
setembro	18/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Escola Municipal Augustinho Marcon, em Catanduvras/SC, meio-oeste catarinense</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 8 às 10h</P>	Alunos da pré-escola ao 4º ano do ensino fundamental	140

setembro	18/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Escola Municipal Augustinho Marcon, em Catanduvas/SC, meio-oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 13h30 às 15h30</P>	Alunos da pré-escola ao 4º ano do ensino fundamental	142
setembro	21/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Escola Professor Vitoldo Alexandre, em Catanduvas/SC, meio-oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 8 às 10h30</P>	Estudantes da pré-escola	100
setembro	21/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Escola Professor Vitoldo Alexandre, em Catanduvas/SC, meio-oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba, das 12h30 às 13h30.</P><P>Houve concurso de desenhos.</P>	Alunos da pré-escola.	90
setembro	21/09/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Escola Professor Vitoldo Alexandre, em Catanduvas/SC, meio-oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC</P><P>Houve concurso de desenhos entre os alunos</P>	Estudantes da pré-escola	90
outubro	08/10/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Rovitex Indústria e Comércio de Malhas Ltda., em Ituporanga/SC</P><P>Palestra ministrada pelos PRFs Manoel Fernandes e Silva Pereira, ambos lotados na 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, das 11 às 12h</P>	Funcionários da empresa	25
outubro	08/10/09	A educação no trânsito	Palestra	Comércio de Malhas Ltda., em Ituporanga/SC</P><P>Palestra ministrada pelos PRFs Manoel Fernandes e Silva Pereira, ambos lotados na 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, das 14h30 às 15h30</P>	Funcionários da empresa	25
outubro	09/10/09	Trânsito humanizado	Palestra	em Joinville/SC</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Simão, lotado na 3ª Delegacia - Joinville/SC, às 20 horas</P>	Casais adultos	25



outubro	23/10/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Rovitex Indústria de Malhas, em Agrolândia/SC</P><P>Palestra ministrada pelos PRFs Manoel Fernandes e Silva Pereira, ambos lotados na 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, das 11 às 12h</P>	Funcionários	26
outubro	23/10/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Rovitex Indústria de Malhas, em Agrolândia/SC</P><P>Palestra ministrada pelos PRFs Manoel Fernandes e Silva Pereira, ambos lotados na 4ª Delegacia/Rio do Sul/SC, das 13h30 às 14h30</P>	Funcionários	22
outubro	27/10/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Multicolor Textil SA, em Agrolândia/SC</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, das 10 às 11 horas</P>	Funcionários da empresa	23
outubro	27/10/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Multicolor Textil SA, em Agrolândia/SC</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, das 14h30 às 15h30</P>	Funcionários da empresa	22
outubro	28/10/09	A educação no trânsito	Palestra	Caldeiras Ltda, em Agrolândia/SC</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC, das 9h30 às 10h30</P>	Funcionários da empresa	80
novembro	11/11/09	Educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Mueller Eletrodomésticos SA, em Timbó/SC, das 9 às 10 horas</P><P>Palestra ministrada pelo Insp. Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC</P>	Funcionários da empresa	270
novembro	11/11/09	Educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Mueller Eletrodomésticos SA, em Timbó/SC, das 13h30 às 14h30</P><P>Palestra ministrada pelo Insp. Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC</P>	Funcionários da empresa	230

novembro	11/11/09	Educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Mueller Eletrodomésticos SA, em Timbó/SC, das 22 às 23 horas</P> <P>Palestra ministrada pelo Insp. Manoel Fernandes, chefe da 4ª Delegacia - Rio do Sul/SC</P>	Funcionários da empresa	40
novembro	13/11/09	Vida X drogas	Palestra	<P>Escola Municipal Anaburgo, em Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Simão, lotado na 3ª Delegacia - Joinville/SC, das 10 às 12 horas</P>	Professores e alunos	200
novembro	19/11/09	Vida X Drogas	Palestra	Estadual Rodrigo Lobo, em Joinville/SC</P> <P>Palestra ministrada pelos PRFs Simão e Feuser, ambos lotados na 3ª Delegacia - Joinville/SC, das 13h30 às 14h30</P>	Professores e alunos do ensino fundamental	150
novembro	20/11/09	Direção defensiva	Palestra	<P>Empresa Intelbrás, em São José, na Grande Florianópolis/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, lotado no NUCAP/SC, das 16h40 às 17h50</P>	Funcionários da empresa	45
novembro	22/11/09	Violência no trânsito	Palestra	<P>Igreja Presbiteriana do Brasil, em Florianópolis/SC</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Graziano, lotado no NUCAP/SC, das 9 às 10 horas</P>	Crianças e adolescentes de 6 a 12 anos	14
novembro	24/11/09	Direção defensiva	Palestra	Alimentos, cidade de Maravilha, oeste catarinense</P> <P>Palestra ministrada pelo PRF Gustavo, lotado na 8ª Delegacia - Chapecó/SC, das 20h30 às 22h</P>	Motoristas de ônibus da empresa	10
março	26/03/09	Como pilotar a motocicleta com segurança	Palestra	<P>Distribuidora de bebidas Skol, em Joaçaba, oeste catarinense</P> <P>Palestra de 2 horas de duração ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC</P>	Motociclistas funcionários da empresa	30
março	28/03/09	Caminhoneiro - dirija com cuidado	Palestra	<P>Distribuidora de bebidas Skol, em Joaçaba, oeste catarinense</P> <P>Palestra com duração de 2 horas ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC</P>	Caminhoneiros funcionários da empresa	50

novembro	10/11/09	Educação para o trânsito	Palestra	<P>Escola Básica Irmão Miguel, em Concórdia, oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 14h15 às 15h30</P>	Alunos de educação infantil (pré-escola)	70
novembro	10/11/09	Educação para o trânsito	Palestra	Miguel, em Concórdia, oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 9h45 às 11h30</P>	Alunos da 7ª e 8ª séries	50
novembro	10/11/09	Educação no trânsito e direção defensiva	Palestra	<P>Escola Básica Irmão Miguel, em Concórdia, oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 13h às 14h15</P>	Alunos da 3ª à 7ª séries	70
novembro	25/11/09	Educação no trânsito	Palestra	<P>Escola Básica Irmão Miguel, em Concórdia, oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC</P>	Estudantes da 5ª e 6ª séries	50
novembro	10/11/09	Educação no trânsito e direção defensiva	Palestra	<P>Escola Básica Irmão Miguel, em Concórdia, oeste catarinense</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Batalha, lotado na 7ª Delegacia - Joaçaba/SC, das 7h30 às 9h15</P>	Alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental	70
novembro	19/11/09	Responsabilidade social e a segurança no trânsito na preservação da vida	Palestra	<P>Empresa Engemix SA (usina de concreto) em Lages/SC, planalto catarinense.</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Magno, lotado na 5ª Delegacia - Lages/SC, à tarde.</P>	Funcionários administrativos e operacionais da empresa	13
novembro	11/12/09	direção defensiva e cidadania no trânsito	Palestra	<P>SESI, em Lages/SC</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Nazário, lotado na 5ª Delegacia - Lages/SC, das 16 às 17h15</P>	Colaboradores do SESI: Professores, funcionários administrativos e motoristas	39
novembro	11/11/09	Direção defensiva e cidadania no trânsito	Palestra	<P>SESI, em Lages/SC</P><P>Palestra ministrada pelo PRF Nazário, lotado na 5ª Delegacia - Lages/SC, das 16 às 17h45</P>	Colaboradores do SESI: Professores, funcionários administrativos e motoristas	34

novembro	27/11/09	Seja uma estrela do trânsito - dirija pela vida	Festival	<p>Kartódromo de Florianópolis/SC - Desafio Internacional das Estrelas</p> <p>Evento organizado pelo piloto de Fórmula 1, Felipe Massa</p> <p>Participação do NUCOM/SC nas entrevistas com os pilotos e público, placas educativas ao longo da pista, panfl	Torcedores, sociedade em geral, pilotos convidados, inclusive Michael Schumacher	25000
novembro	30/11/09	A educação no trânsito	Palestra	<P>Empresa Pública CASAN - prestadora do serviço de água e esgoto em Santa Catarina</P> <P>Palestra ministrada em Florianópolis/SC pelo PRF Grazião, das 9 às 10h30</P>	Funcionários da empresa	35
outubro	07/10/09	Prevenir acidentes é o melhor remédio	Jogos	de Vôlei, em Florianópolis/SC</P> <P>Parceria da 8ª SRPRF/SC,&nbsp; por meio do NUCOM/SC e a empresa CIMED, representante catarinense na competição</P> <P>Participação da Bonecona PRF</P>	Torcedores e jogadores dos times envolvidos	6000
dezembro	02/12/09	Como reduzir acidentes	Comando Educativo	na região da 7ª Delegacia - Joaçaba, oeste catarinense (Vargem Bonita, Concórdia e Joaçaba)</P> <P>Participação da Comissão Regional de Educação para o Trânsito e PRFs lotados na Delegacia de Joaçaba.</P>	Usuários das rodovias federais BR 282 e BR 153	1500
outubro	26/10/09	Trânsito - férias escolares e segurança	Palestra	<P>Escola Alminda Antonia de Andrade - Pien/PR</P> <P>Palestra ministrada às 8h30&nbsp;pelos PRFs V. Souza, Eiselt, Otto e Tominaga, todos lotados na 6ª Delegacia - Mafra/SC</P>	Alunos da 3ª série do ensino fundamental	35
<b>QUANTITATIVO TOTAL DE PÚBLICO ATINGIDO PELA AÇÃO</b>						<b>01.177</b> <b>7</b>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL**  
**8ª SUPERINTENDENCIA / SC**

**ANEXO 13 – RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES**

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.103/2009-02			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x
	OUTROS: (especificar) memorando			
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 002/09		DATA: 07/01/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Atraso no encerramento de BAT			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	<b>X</b>	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.105/2009-93			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 003/09		DATA: 07/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)					
SITUAÇÃO DO PROCESSO	<input checked="" type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.100/2009-61					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 004/09		DATA: 07/01/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falta de urbanidade no transcorrer de abordagem					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _10_ / _03_ / 2009 ____			x	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			x	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.104/2009-49			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 005/09		DATA: 07/01/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Uniforme em desacordo			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _13_/_03_/2009_____		x	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		x	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.101/2009-13			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 006/09		DATA: 07/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Insurgência contra autuações				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM 15 __/06__/2009__			x	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			x	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.102/2009-50			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 007/09		DATA: 07/01/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Uso indevido de viatura			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _10_/_12_/_2009_		x	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		x	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.537/2009-02			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 017/09		DATA: 20/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com viatura				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _29_/_06_/_2009_			x PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			x ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.538/2009-49			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 018/09		DATA: 20/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de possível ato de corrupção, falta de identificação no uniforme e deboche do policial durante a abordagem.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	<input checked="" type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.539/2009-93			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 019/09		DATA: 20/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com viatura				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM 13 __/04 __/2009 __			x PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			x ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.540/2009-18					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	x	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	x	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 020/09		DATA: 20/01/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Representação contra colega de serviço, discussão no interior do posto.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _20_/_10_/_2009_			x	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			x	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.811/2009-35					
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		<input checked="" type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	<input type="checkbox"/>	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		<input type="checkbox"/>	PROCESSO ADM. DISC.	
<b>ATO INSTAURADOR</b>	<input type="checkbox"/>	PORTARIA	<input type="checkbox"/>	ORDEM DE SERVIÇO	<input checked="" type="checkbox"/>	OUTROS: (especificar) memorando
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 023/09		DATA: 27/01/2009			
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Denúncia anônima feita no portal da CGU sobre recebimento indevido de adicional noturno.					
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO	<input type="checkbox"/>	INDICIAMENTO/DEFESA	<input type="checkbox"/>	RELATÓRIO
	<input type="checkbox"/>	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			<input type="checkbox"/>	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	<input type="checkbox"/>	ABSOLVIÇÃO	<input type="checkbox"/>	APENAÇÃO	<input type="checkbox"/>	INSTAURAÇÃO DE PAD
	<input type="checkbox"/>	PENALIDADE PRESCRITA			<input type="checkbox"/>	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	<input type="checkbox"/>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.810/2009-91			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 024/09		DATA: 27/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de maus tratos e abuso de autoridade durante abordagem.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.815/2009-13				
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando	
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 025/09		DATA: 28/01/2009		
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Ofensa física registrada em BO.				
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>		MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.814/2009-79				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 026/09		DATA: 29/01/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de falta de urbanidade				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _19_ / _03_ / 2009 ____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.813/2009-24			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 027/09		DATA: 29/01/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Extravio de carteira funcional.			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _09_ / _03_ / 2009 ____		X	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.827/2009-48			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 168/09		DATA: 13/07/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	CORRUPÇÃO/IMPROBIDADE. Sentença judicial com pena de prisão e perda do cargo público.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	X	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM _08_/12_/2009_			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.000.852/2009-21			
TIPO DE PROCESSO			SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		
			SINDICÂNCIA PATRIMONIAL	X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 039/09		DATA: 18/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia de extorsão em Rio Negrinho.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
			PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO			ABSOLVIÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
			PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS			MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.893/2009-18					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 029/09		DATA: 28/01/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Desentendimento entre servidores da CIOP e da UOBI.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.895/2009-15				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 033/09		DATA: 03/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de abuso de autoridade na retenção de reboque com jetsky.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.894/2009-62			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 038/09		DATA: 09/02/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Atraso na entrega de atestados médicos.			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		X	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.000.892/2009-73				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 039/09		DATA: 09/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apurar as circunstancias da morte do PRF Figueiredo.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.001.240/2009-56			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 040/09		DATA: 09/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Desentendimentos com funcionários da empresa Autopista Litoral Sul.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.001.241/2009-09				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 041/09		DATA: 09/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falta de urbanidade durante abordagem - Campos Novos/SC				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.001.564/2009-94			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 046/09		DATA: 11/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Dano ao erário – acidente com viatura				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$): 4.173,00			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.001.552/2009-60			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 047/09		DATA: 11/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	extravio de munição .40				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.001.710/2009-81					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 048/09		DATA: 11/02/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de autuação					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.001.709/2009-57			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 050/09		DATA: 12/02/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Reclamação de autuação			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		X	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.001.708/2009-11			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 051/09		DATA: 13/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	policia! ordenou a retirada de adesivo de "Nossa Senhora Aparecida" do ve!culo de usu!rio				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.001.837/2009-09			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 052/09		DATA: 16/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	abandono do plantão.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.657.004.852/2009-18			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar)
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 053/09		DATA: 16/02/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Reclamação de irregularidades no preenchimento de BAT.			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	X	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>		MPF		AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

NUMERO DO PROCESSO	08.666.002.758/2009-15				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 054/09		DATA: 16/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia de tentativa de extorsão				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.002.760/2009-86				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 058/09		DATA: 18/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia dando conta que uma PRF abordou veículos para conseguir carona para sua irmã.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.003.006/2009-63			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 059/09		DATA: 18/02/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de falta de urbanidade.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.003.007/2009-16					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 072/09		DATA: 12/03/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação maus tratos, ofensa física e abuso de autoridade.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.002.757/2009-62			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 075/09		DATA: 12/03/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Extravio de Funcional				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.002.759/2009-51				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 076/09		DATA: 12/03/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de falta de urbanidade através da Procuradoria da República em Blumenau				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	X	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA				ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.003.870/2009-65				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 077/09		DATA: 12/03/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	PRF não entregou a via do auto de infração para o usuário.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.003.871/2009-18			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 084/09		DATA: 18/03/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Servidor não apresentou atestado médico dentro do prazo estipulado.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.004.051/2009-35				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 085/09		DATA: 18/03/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de maus tratos e abuso de autoridade.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.003.872/2009-54			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 170/09		DATA: 13/07/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Processo aberto por determinação do Sr. Min. da Justiça em decorrência do processo nº 08.666.010.138/2007-80.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____				PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO			APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA				ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.004.168/2009-19			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 098/09		DATA: 02/04/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR GM/Blazer de placas MDJ 2873				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.004.449/2009-71			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 099/09		DATA: 02/04/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Descumprimento de norma interna e do Regimento Interno. Deixar de elaborar o TC.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.004.272/2009-11			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 100/09		DATA: 02/04/2009	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia de uso de veículo oficial e arma para tratar de assuntos particulares no horário de serviço.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.004.647/2009-35				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 104/09		DATA: 07/04/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação de falta de urbanidade.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.412/2009-61			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 107/09		DATA: 08/04/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR MHS-3182				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.941/2009-64			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 110/09		DATA: 13/04/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Não comparecimento em audiências				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.934/2009-62			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 113/09		DATA: 15/04/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falta à convocação para escala extra				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.939/2009-95			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 121/09		DATA: 20/04/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Maus tratos; abuso de autoridade				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.005.938/2009-41				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 138/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	PERDA DA FUNCIONAL				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.005.935/2009-15			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 139/09		DATA: 13/05/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Afastamento de servidor ao serviço sem autorização. Obs: Sugiro a análise conjunta com o proc 08666001837/2009-09 João José; folhas nº 02 a 05, 07, 13 a 21 juntadas ao processo nº 08.666.001.837/2009-09, tendo em vista condutas reiteradas de mesma natureza			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.005.942/2009-17			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 140/09		DATA: 13/05/2009	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	NÃO COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA DE PAD			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.005.936/2009-51				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 141/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apresentação extemporânea de atestado médico.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.940/2009-10			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 142/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	SABOTAGEM EM FECHADURA DE ALOJAMENTO				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.943/2009-53			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 143/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	ACIDENTE COM VTR GM/ASTRA MHS-3182				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$): Conserto pago pela seguradora do terceiro envolvido			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.944/2009-06			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 144/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a VTR GM/ZAFIRA MCJ-8825.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	X INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.005.937/2009-04			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 145/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncias anônimas. Uso de função pública para benefício pessoal mediante solicitação de convites para o Beto Carrero.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	<input checked="" type="checkbox"/>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	X INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.006.907/2009-15				
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando	
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 146/09		DATA: 13/05/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Furto da motocicleta MCA-1858 que estava retida no pátio da 5ª Del.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.007.445/2009-45			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 147/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Apreensão de mercadorias em proveito próprio.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.007.165/2009-37			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 148/09		DATA: 13/05/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Confecção de BAT fora de prazo pelo PRF Daniel Veloso				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.007.168/2009-71			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 186/09		DATA: 12/06/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Servidor armado em baile no interior				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.007.166/2009-81			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 187/09		DATA: 12/06/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Denúncia feita na 7ª SRPRF/PR				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.167/2009-26			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 188/09		DATA: 12/06/2009	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	maus tratos; abuso de autoridade			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.007.141/2009-88			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 189/09		DATA: 12/06/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	PROCESSO REVISIONAL, instaurado em face do processo nº 08.666.008.789/2003-86 (demissão) e 08.666.003.885/2007-61 (pedido de reconsideração indeferido) - ex-servidor Jaime Busnardo				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.163/2009-48				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 190/09		DATA: 12/06/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Solicitação da PM para reforço não atendida.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.444/2009-09					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 191/09		DATA: 12/06/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falta à convocação de escala extra.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.169/2009-15					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 192/09		DATA: 12/06/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Maus tratos e abuso de autoridade					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.164/2009-92					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 193/09		DATA: 18/06/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falta em audiência.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.170/2009-40					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 194/09		DATA: 12/06/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Abuso de autoridade; maus tratos; Condução à Polícia Federal.					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.254/2009-83			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 196/09		DATA: 16/06/2009	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Extravio de 12 autos de infração em branco.			
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		X PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		X ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF		AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):		

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.669/2009-57				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 202/09		DATA: 18/06/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	EXTRAVIO DE DOCUMENTOS DO PRF SILVINEI VASQUES				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.670/2009-81			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 203/2009		DATA: 18/06/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Corrupção			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___		X	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.671/2009-26			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 214/09		DATA: 25/06/2009	
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	NÃO COMPARECIMENTO AO SERVIÇO			
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.007.672/2009-71					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 215/09		DATA: 25/06/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Faltas ao serviço					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.008.066/2009-72			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			X	PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	X	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 235/09		DATA: 05/10/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Faltas e atrasos no serviço.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		X	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO	
REMESSA DOS AUTOS	MPF			AGU	
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.008.835/2009-32			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 216/09		DATA: 25/06/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Utilização de email institucional para questionar prefeito sobre licitação.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.008.834/2009-98			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 216/09		DATA: 25/06/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Liberação irregular de moto retida em Itapema.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	X INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.009.401/2009-50					
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA		
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.		
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 217/09		DATA: 25/06/2009			
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a viatura MHS 2432					
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.009.479/2009-74			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 224/09		DATA: 08/07/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a viatura MHS 2432				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.009.648/2009-76			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 228/09		DATA: 27/07/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Reclamação da empresa OHL contra a PRF Emeli.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.009.649/2009-11			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	XX	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 229/09		DATA: 27/07/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Extravio da identidade funcional.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.009.647/2009-21			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 250/09		DATA: 18/08/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Falta ao serviço.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.009.960/2009-60			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar)
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 251/09		DATA: 18/08/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Extravio de algemas e porta-algemas.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.010.818/2009-65			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) memorando
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 252/09		DATA: 18/08/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Sindicância conforme despacho do Sr. Ministro da Justiça, em razão do PAD 08.666.003.004/2003-89.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.010.865/2009-17			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) MEMORANDO
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 253/09		DATA: 18/08/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Abordagem na UOBI com troca de tiros e morte de meliante.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.011.060/2009-82			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) MEMORANDO
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 256/09		DATA: 26/08/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Extravio da pistola PT 100, SQF-92153				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.011.923/2009-11			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) MEMORANDO
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 263/09		DATA: 01/09/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Discussão entre os PRF's Vasques e Sérgio Murilo no interior do NUDOC em 13/10/09.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO		08.666.012.027/2009-70			
TIPO DE PROCESSO		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	X	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR		PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) MEMORANDO
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 278/09		DATA: 22/09/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Acidente com a Viatura Renault Megane Placas JHN 9643				
SITUAÇÃO DO PROCESSO		INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__			X PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			X ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$): Despesa do conserto arcada pelo terceiro envolvido			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.012.288/2009-90			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) MEMORANDO
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 282/09		DATA: 22/09/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Autuação de condutor causador de acidente de trânsito por dirigir embriagado, em que pese a não realização de teste de 'bafômetro			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		X	PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA		X	ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.012.825/2009-00			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>		SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	<b>X</b>	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL		PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>		PORTARIA	ORDEM DE SERVIÇO	<b>X</b> OUTROS: (especificar) MEMORANDO
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 287/09		DATA: 28/09/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Furto de arma de dentro de veículo particular de servidor.			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>		INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/__		<b>X</b> PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		<b>X</b> ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>		MPF		AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$): ARMA ENCONTRADA MAIS TARDE PELO BOPE, SEM AVARIAS		

NUMERO DO PROCESSO	08.666.013.027/2009-97				
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA	
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.	
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) MEMORANDO
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 307/09		DATA: 20/10/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Extravio de carteira funcional.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA		RELATÓRIO
	PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____			X	PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO	ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO		INSTAURAÇÃO DE PAD
	PENALIDADE PRESCRITA			X	ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS	MPF				AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):				

NUMERO DO PROCESSO		08.666.014.013/2009-91			
TIPO DE PROCESSO	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA			X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL				PROCESSO ADM. DISC.
ATO INSTAURADOR	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X	OUTROS: (especificar) MEMORANDO
NÚMERO E DATA DO ATO	Nº: 309/09		DATA: 28/10/2009		
FATO SOB APURAÇÃO (descrição sucinta)	Disparo de Arma de Fogo durante Abordagem.				
SITUAÇÃO DO PROCESSO	X	INSTRUÇÃO		INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM ___/___/___			PROCESSO JULGADO
JULGAMENTO		ABSOLVIÇÃO		APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA			ARQUIVAMENTO
REMESSA DOS AUTOS		MPF			AGU
RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE		VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			

NUMERO DO PROCESSO	08.666.014.440/2009-79			
<b>TIPO DE PROCESSO</b>	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA		X	SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA
	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL			PROCESSO ADM. DISC.
<b>ATO INSTAURADOR</b>	PORTARIA		ORDEM DE SERVIÇO	X OUTROS: (especificar) MEMORANDO
<b>NÚMERO E DATA DO ATO</b>	Nº: 315/09		DATA: 06/11/2009	
<b>FATO SOB APURAÇÃO</b> (descrição sucinta)	Disparo de Arma de Fogo. Possível desrespeito à Súmula Vinculante nº 11 do STF.			
<b>SITUAÇÃO DO PROCESSO</b>	X	INSTRUÇÃO	INDICIAMENTO/DEFESA	RELATÓRIO
		PROCESSO ENCAMINHADO PARA JULGAMENTO EM __/__/____		PROCESSO JULGADO
<b>JULGAMENTO</b>		ABSOLVIÇÃO	APENAÇÃO	INSTAURAÇÃO DE PAD
		PENALIDADE PRESCRITA		ARQUIVAMENTO
<b>REMESSA DOS AUTOS</b>	MPF			AGU
<b>RECOMENDAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE TCE</b>	VALOR DO DANO CAUSADO OU ESTIMADO (R\$):			



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
8ª SUPERINTENDENCIA / SC

**ANEXO III – INDICADORES DE DESEMPENHO**

**DESEMPENHO OPERACIONAL**

1. INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

PROGRAMA 0663 - Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

PROGRAMA 1386 - Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

PROGRAMA 0750 - Não há indicador

OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

O objetivo do **Programa 0663** é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O objetivo do **PROGRAMA 1386** é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública e os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais.

O objetivo do **Programa 0750** é o Apoio Administrativo, este programa é comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal.

2. NOME, DESCRIÇÃO E TIPO DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME DAS CONTAS

PROGRAMA 0663

***Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais*** – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia) Fórmula de Cálculo:

$$I_m = (N^\circ \text{ Mortos} / N^\circ \text{ Vítimas}) \times 100, \text{ responsável pelo cálculo: SPF}$$

***Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais*** – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia) Fórmula de Cálculo:

$$I_a = (N^\circ \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^\circ \text{ Acidentes Ano Anterior} - 1) \times 100, \text{ responsável pelo cálculo: SPF}$$

*Obs:* As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

PROGRAMA 1386

***Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas*** – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI - Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia) Fórmula de Cálculo:

$$I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100, \text{ responsável pelo cálculo: SAF}$$

### 3. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

#### 3.1. PROGRAMA 0663 - METAS FÍSICAS: REDUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E MORTES EM RELAÇÃO A 2008.

As operações policiais desencadeadas pelo Núcleo de Operações Especiais e os núcleos operacionais das 08 (oito) Delegacias Regionais foram dirigidas não somente na aplicação do Código Brasileiro de Trânsito, mas também ao combate aos vários tipos de crimes que ocorrem ou que se originam nas rodovias federais, tais como o roubo de cargas, roubo de veículos, resultando nos números positivos apresentados.

<b>RESUMO GERAL</b>			
<b>Regional:8srprfsc - Período: 01/01/2009 a 31/12/2009</b>			
Data e hora da consulta: 04/03/2010 13:03 01:18			
<b>ACIDENTES</b>			
<b>Sem Vítimas</b>	<b>Com Feridos</b>	<b>Com mortos</b>	<b>Total de Acidentes</b>
10548	6455	455	<b>17458</b>
<b>Pessoas Socorridas</b>	<b>Feridos</b>	<b>Mortos</b>	<b>Total de Vítimas</b>
525	10085	549	<b>10634</b>
<b>FISCALIZAÇÕES</b>			
<b>Autuações</b>	<b>Autos de Infração extraídos</b>	<b>CNH's Recolhidas</b>	
125308	125142	2431	
<b>Documentos Retidos</b>	<b>Veículos Retidos</b>	<b>Veículos Fiscalizados</b>	
10035	8714	347388	
<b>Animais Recolhidos</b>	<b>Auxílio Usuário</b>	<b>Escolta/ Batedor</b>	
24	4554	468	

Fonte: **Coordenação Geral de Operações** - Relatório Operacional Diário - Central de Operações - central.dprf@dprf.gov.br

Taxa de mortalidade nas rodovias federais (UTILIZAÇÃO DA FÓRMULA ANTIGA PARA FINS DE COMPARAÇÃO)

<b>TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS</b>		
<b>ANO</b>	<b>Nº MORTOS</b>	<b>Nº DE VÍTIMAS</b>
2008	523	9.389
2009	549	10634
Fórmula de Cálculo: <i>Índice de Mortalidade(2008) = (523/9398) x 100 = 5,57%</i>		
Fórmula de Cálculo: <i>Índice de Mortalidade(2009) = (549/10634) x 100 = 5,16%</i>		

Houve uma redução no índice de mortalidade nas rodovias federais em 2009, em

comparação apurado em 2008, ou seja, de 5,57% reduziu-se para 5,16%. Essa redução se deu em razão das estratégias desenvolvidas no plano de ação.

Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais (UTILIZAÇÃO DA FÓRMULA ANTIGA PARA FINS DE COMPARAÇÃO)

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS	
ANO	Nº ACIDENTES REGISTRADOS
2008	15.208
2009	17458

Fórmula de Cálculo: *Índice de Variação de Acidentes* = (Nº Acidentes Ano Atual) / (Nº Acidentes Ano Anterior) - 1 x 100 = *Ia* = (17458/15208) - 1 x 100 = 14,79%

O percentual de aumento de acidentes registrados considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados.

Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos, etc).

Todavia, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais;
- Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por consequência, um maior

número de acidentes (principalmente saídas de pista, excesso de velocidade e colisões traseiras);

- Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens de veículo;
- Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;
- Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito;
- Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.

### 3.2. PROGRAMA 1386 – METAS FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES

O indicador de desempenho para este Programa é o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se mensurar a % de postos com a estrutura física, de Tecnologias da Informação e de Transporte adequado

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS 2008					
8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal – SC					
	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE				
	ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTR	SOMA PONTOS
<b>1º DELEGACIA-São José</b>					
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	1	1	1	1	1,00
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	1	1	1	1	1,00
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	1	1	1	1	1,00
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	1	1	1	1	1,00
<b>2º DELEGACIA – Tubarão</b>					
POSTO ½ – Tubarão	1	0	1	1	0,75
POSTO 2/2 – Araranguá	1	0	1	1	0,75
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	0	0	0	0,25
<b>3º DELEGACIA – Joinville</b>					
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1	1	1,00
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1	1	1,00
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	1	0	0	1	0,50
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	1	0	1	1	0,75
<b>4º DELEGACIA – Rio do Sul</b>					
POSTO ¼ – Blumenau	0	0	0	0	0
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	1	1	1
<b>5º DELEGACIA – Lages</b>					
POSTO 1/5 – Lages	0	0	0	0	0
POSTO 2/5 – Capão Alto	1	1	1	1	1
POSTO 3/5 – Ponte Alta	1	1	1	1	1
<b>6º DELEGACIA – Mafra</b>					
POSTO 1/6 – Mafra	0	0	0	0	0
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1	1	1
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	0	1	0	0	0,25
<b>7º DELEGACIA – Joaçaba</b>					
POSTO 1/7 – Campos Novos	0	0	1	0	0,25
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	0	0	1	0	0,25
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	0	1	1	1	0,75
<b>8º DELEGACIA – Chapecó</b>					
POSTO 1/8 – Xanxerê	0	1	0	1	0,5
POSTO 2/8 – Maravilha	1	1	1	1	1
<b>24 POSTOS</b>					
TOTAL DO SUB-INDICADOR	66,67%	58,33%	70,83%	70,83%	66,67%

Total de postos adequados Fisicamente: 66,67%

**COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS 2008**

**8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal – SC**

	POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI			
	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3
<b>1º DELEGACIA-São José</b>				
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	1	0	1	0,67
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	1	0	1	0,67
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	1	0	1	0,67
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	1	0	1	0,67
<b>2º DELEGACIA – Tubarão</b>				
POSTO ½ – Tubarão	1	1	1	1,00
POSTO 2/2 – Araranguá	1	1	1	1,00
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	1	1	1,00
<b>3º DELEGACIA – Joinville</b>				
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1	1,00
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1	1,00
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	1	1	1	1,00
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	1	1	1	1,00
<b>4º DELEGACIA – Rio do Sul</b>				
POSTO ¼ – Blumenau	1	1	0	0,67
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	0	0,67
<b>5º DELEGACIA – Lages</b>				
POSTO 1/5 – Lages	1	1	0	0,67
POSTO 2/5 – Capão Alto	1	0	0	0,33
POSTO 3/5 – Ponte Alta	1	1	0	0,67
<b>6º DELEGACIA – Mafra</b>				0,00
POSTO 1/6 – Mafra	1	1	1	1,00
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1	1,00
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	1	1	1	1,00
<b>7º DELEGACIA – Joaçaba</b>				0,00
POSTO 1/7 – Campos Novos	1	0	0	0,33
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	1	0	0	0,33
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	1	0	0	0,33
<b>8º DELEGACIA – Chapecó</b>				
POSTO 1/8 – Xanxerê	1	0	1	0,67
POSTO 2/8 – Maravilha	1	1	0	0,67
<b>24 POSTOS</b>				
<b>TOTAL DO SUB-INDICADOR</b>	<b>100,00%</b>	<b>62,50%</b>	<b>62,50%</b>	<b>75,00%</b>

Total de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação: 75,00%

**COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS 2008**

**8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal – SC**

	POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS		
	QUANTIDADE SUFICIENTE ?	IDADE ADEQUADA ?	SOMA PONTOS / 2
<b>1º DELEGACIA - São José</b>			
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	0	1	0,5
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	0	1	0,5
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	0	1	0,5
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	1	1	1
<b>2º DELEGACIA – Tubarão</b>			
POSTO ½ – Tubarão	1	1	1
POSTO 2/2 – Araranguá	1	1	1
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	1	1
<b>3º DELEGACIA – Joinville</b>			
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	1	1	1
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	1	1	1
<b>4º DELEGACIA – Rio do Sul</b>			
POSTO ¼ – Blumenau	1	1	1
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	1
<b>5º DELEGACIA – Lages</b>			
POSTO 1/5 – Lages	0	1	0,5
POSTO 2/5 – Capão Alto	0	0	0
POSTO 3/5 – Ponte Alta	0	0	0
<b>6º DELEGACIA – Mafra</b>			
POSTO 1/6 – Mafra	1	1	1
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	1	1	1
<b>7º DELEGACIA – Joaçaba</b>			
POSTO 1/7 – Campos Novos	1	0	0,5
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	1	0	0,5
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	1	0	0,5
<b>8º DELEGACIA – Chapecó</b>			
POSTO 1/8 – Xanxerê	1	0	0,5
POSTO 2/8 – Maravilha	1	0	0,5
<b>24 POSTOS</b>			
<b>TOTAL DO SUB-INDICADOR</b>	<b>75,00%</b>	<b>70,83%</b>	<b>72,92%</b>

Total de postos adequados quanto a Viaturas: 72,92%

**COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS 2008**

**8ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal – SC**

	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
	QUANTIDADE MÉDIA DE POLICIAIS NA ESCALA EM 2008	QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO	O POSTO RECEBEU ALGUMA MANUTENÇÃO / REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM / NÃO	O PÁTIO PARA GUARDA DE VEÍCULOS É CERCADO ?
<b>1º DELEGACIA - São José</b>				
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	4	2	SIM	SIM
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	3	1	SIM	NÃO
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	3	1	SIM	NÃO
POSTO 04 - RANCHO QUEIMADO	2	1	NÃO	NÃO
<b>2º DELEGACIA – Tubarão</b>				
POSTO ½ – Tubarão	4	2	Não	Não
POSTO 2/2 – Araranguá	4	2	Não	Não
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	3	2	Não	Não
<b>3º DELEGACIA – Joinville</b>				
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	3	2	SIM	NÃO
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	3	2	SIM	NÃO
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	2	1	NÃO	NÃO
POSTO F.8.340/SÃO FCO. DO SUL	2	1	SIM	NÃO
<b>4º DELEGACIA – Rio do Sul</b>				
POSTO ¼ – Blumenau	4	3	NÃO	NÃO
POSTO 2/4 – Rio do Sul	4	3	SIM	NÃO
<b>5º DELEGACIA – Lages</b>				
POSTO 1/5 – Lages	3	1	NÃO	NÃO
POSTO 2/5 – Capão Alto	2	1	SIM	NÃO
POSTO 3/5 – Ponte Alta	3	1	SIM	NÃO
<b>6º DELEGACIA – Mafra</b>				
POSTO 1/6 – Mafra	2	2	NÃO	NÃO
POSTO 2/6 – Santa Cecília	2	2	SIM	NÃO
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	2	2	NÃO	NÃO
<b>7º DELEGACIA – Joaçaba</b>				
POSTO 1/7 – Campos Novos	3	2	SIM	NÃO
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	3	2	SIM	NÃO
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	2	2	SIM	NÃO
<b>8º DELEGACIA – Chapecó</b>				
POSTO 1/8 – Xanxerê	3	3	SIM	NÃO
POSTO 2/8 – Maravilha	3	2	SIM	NÃO

24 POSTOS
TOTAL DO SUB-INDICADOR

$$Icaif = (66,67 \% + 75,00 \% + 72,92\%)/3 = 71,53\%$$

**COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS = 71,53**

*COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS = Total de postos adequados Fisicamente + Total de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação + Total de postos adequados quanto a Viaturas: Icaif = (66,67 % + 75,00 % + 72,92%)/3 = 71,53%*

O indicador informa que 71,53% dos postos da 8ª SRPRF/SC estão adequados fisicamente, ou seja, ainda existem outras ações de reforma das bases operacionais que compõem a estrutura do órgão que necessitam ser executadas.

Entretanto, ao analisar os índices apresentados no período de 2007, qual sejam de 53,70% dos postos adequados fisicamente, registra-se uma melhoria significativa, pois no período de 2008 passou-se ao indicador de 71,53% de adequação.

Para 2009 os esforços continuarão concentrados na busca de uma completa adequação das instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social visando propiciar condições ideais de trabalho aos servidores no desempenho de suas funções.

### 3.3. PROGRAMA 0750 - METAS FÍSICAS:

ESTE É UM PROGRAMA COMUM A TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Para este tipo de programa (Apoio Administrativo) não existem indicadores e metas físicas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SC**

**ANEXO IV - COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS**

<b>PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-1836</b>									
<b>CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>									
<b>NOME DOS POSTOS</b>	<b>POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE</b>					<b>POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI</b>			
	<b>ESPAÇO FÍSICO</b>	<b>ASPECTO EXTERNO</b>	<b>INSTALAÇÕES</b>	<b>INFRA-ESTR</b>	<b>SOMA PONTOS / 4</b>	<b>EQUIP. INFORMÁTICA</b>	<b>REDE DPRF/ INTERNET</b>	<b>SISTEMA DE RÁDIO</b>	<b>SOMA PONTOS / 3</b>
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	1	1	0	1	<b>0,75</b>	1	0	0	<b>0,33</b>
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	1	1	1	0	<b>0,75</b>	1	0	0	<b>0,33</b>
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	1	0	1	0	<b>0,50</b>	0	0	0	<b>0,00</b>
POSTO 04 - CIDADE RANCHO QUEIMADO	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	0	0	<b>0,33</b>
POSTO ½ – Tubarão	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 2/2 – Araranguá	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	0	0	0	<b>0,25</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	1	1	0	0	<b>0,50</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO F.8.340/SÃO FRANCISCO DO SUL	1	0	1	0	<b>0,50</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO ¼ – Blumenau	0	0	0	0	<b>0,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 1/5 – Lages	1	0	1	0	<b>0,50</b>	1	1	0	<b>0,67</b>
POSTO 2/5 – Capão Alto	1	1	1	0	<b>0,75</b>	1	1	0	<b>0,67</b>
POSTO 3/5 – Ponte Alta	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 1/6 – Mafra	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 2/6 – Santa Cecília	0	0	0	0	<b>0,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	0	1	0	1	<b>0,50</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 1/7 – Campos Novos	0	0	1	0	<b>0,25</b>	1	1	0	<b>0,67</b>
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	1	0	1	0	<b>0,50</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	1	1	1	1	<b>1,00</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 1/8 – Xanxerê	1	1	0	0	<b>0,50</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
POSTO 2/8 – Maravilha	1	1	1	0	<b>0,75</b>	1	1	1	<b>1,00</b>
	83%	67%	71%	46%	<b>66,67%</b>	96%	83%	71%	<b>83,33%</b>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SC**

<b>PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-1836</b>									
<b>CONTINUAÇÃO DO CÁLCULO DO COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>									
NOME DOS POSTOS	POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS				INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	QUANTIDADE ADEQUADA ?	IDADE ADEQUADA ?	SOMA PONTOS / 2		QUANTIDADE MÉDIA DE POLICIAIS NA ESCALA EM 2008	QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO	O POSTO RECEBEU ALGUMA MANUTENÇÃO / REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM / NÃO	O PÁTIO PARA GUARDA DE VEÍCULOS É CERCADO ?	
POSTO 01 - CIDADE BIGUAÇU	1	1	1,00	69%	4	2	SIM	NÃO	
POSTO 02 - CIDADE PALHOÇA	1	0	0,50	53%	5	3	SIM	SIM	
POSTO 03 - CIDADE ITAPEMA	1	1	1,00	50%	3	2	SIM	NÃO	
POSTO 04 - CIDADE RANCHO QUEIMADO	1	1	1,00	78%	2	2	SIM	NÃO	
POSTO ½ – Tubarão	1	1	1,00	100%	4	3	NÃO	NÃO	
POSTO 2/2 – Araranguá	1	1	1,00	100%	4	3	NÃO	NÃO	
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	1	1	1,00	75%	3	2	NÃO	NÃO	
POSTO F.8.310/PIRABEIRABA	1	1	1,00	100%	2	2	SIM	SIM	
POSTO F.8.320/BARRA VELHA	1	1	1,00	100%	2	2	SIM	NÃO	
POSTO F.8.330/GUARAMIRIM	1	1	1,00	83%	2	2	NÃO	NÃO	
POSTO F.8.340/SÃO FRANCISCO DO SUL	1	1	1,00	83%	2	2	NÃO	NÃO	
POSTO ¼ – Blumenau	1	1	1,00	67%	4	4	NÃO	NÃO	
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	1,00	100%	4	3	NÃO	NÃO	
POSTO 1/5 – Lages	1	1	1,00	72%	2	2	SIM	NÃO	
POSTO 2/5 – Capão Alto	1	1	1,00	81%	1	2	SIM	NÃO	
POSTO 3/5 – Ponte Alta	1	1	1,00	100%	2	2	SIM	NÃO	
POSTO 1/6 – Mafra	1	1	1,00	100%	2	2	SIM	NÃO	
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1,00	67%	2	2	NÃO	NÃO	
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	1	1	1,00	83%	2	2	NÃO	NÃO	
POSTO 1/7 – Campos Novos	1	1	1,00	64%	3	2	SIM	NÃO	
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	1	1	1,00	83%	2	2	SIM	NÃO	
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	1	1	1,00	100%	1	2	SIM	NÃO	
POSTO 1/8 – Xanxerê	1	1	1,00	83%	2	2	SIM	NÃO	
POSTO 2/8 – Maravilha	1	1	1,00	92%	2	2	SIM	NÃO	
	100%	96%	97,92 %	83%					

<b>CAIF</b> (MÉDIA ESTABELECIDADA ENTRE ADEQUAÇÕES FÍSICAS, ADEQUAÇÕES DE TI E ADEQUAÇÕES DE VIATURAS)	<b>82,64%</b>
--	---------------